

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

LAÍS CERUTTI SCORTEGAGNA

JORNALISMO CÍVICO: A ARTE DE FAZER A DEMOCRACIA FUNCIONAR

Porto Alegre

2013

LAÍS CERUTTI SCORTEGAGNA

JORNALISMO CÍVICO: A ARTE DE FAZER A DEMOCRACIA FUNCIONAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo pela Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Beatriz Dornelles

Porto Alegre

2013

LAÍS CERUTTI SCORTEGAGNA

JORNALISMO CÍVICO: A ARTE DE FAZER A DEMOCRACIA FUNCIONAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo pela Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Beatriz Dornelles (orientadora)

Prof.^a Dr.^a Ivone Maria Cassol

Prof.^a Me. Glafira Maria Furtado

Porto Alegre

2013

Dedico este trabalho à minha
cidade natal, que inspirou a
escolha do tema estudado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Beatriz Dornelles, que não apenas me norteou neste trabalho, mas também foi quem me apresentou o tema que escolhi ainda na disciplina de métodos de pesquisa em comunicação.

Às professoras Ana Carolina Escosteguy e Ana Cláudia Nascimento, por tirarem dúvidas e indicarem leituras, ao professor Roberto José Ramos, que indicou uma tese de doutorado que teve como lugar estudado a cidade onde nasci, e à professora Ivone Maria Cassol, pela orientação no projeto de pesquisa. À minha amiga, Gabriela Schiavi, com quem conversei muito sobre a monografia nesse período e que me tirou dúvidas sobre a formatação do trabalho. Também a todos os professores e colegas pelas conversas que, muitas vezes, renderam *insights* quando o assunto estava se consolidando na minha cabeça.

Agradeço aos meus pais, primos, tios, avós, amigos e à minha amiga canina. Sem eles não seria possível concluir este trabalho com a tranquilidade atípica de períodos dedicados à monografia.

RESUMO

Esta pesquisa parte de um estudo bibliográfico em torno do jornalismo cívico norte-americano, buscando compreender quais as diferenças nos processos comunicativos desta prática em relação à prática jornalística tradicional. Nosso objetivo foi estudar o jornalismo cívico, o qual entendemos como uma prática jornalística capaz de servir como catalisadora da participação na vida pública e da cidadania. A partir das descobertas, foi proposta uma forma de jornalismo cívico que acreditamos ser viável para pequenos jornais do interior do Brasil, mais especificamente, para o jornal *Folha Nativa*, de Iraí/RS. Para chegarmos à proposta, foi feita uma análise de conteúdo de cinco edições do jornal, um levantamento de informações, através de entrevista com o editor do jornal, e mapeamento de questões de interesse dos cidadãos daquela cidade através de um questionário aberto à participação da comunidade. O resultado foi uma análise comparativa entre dois tipos de prática jornalística e um plano de ações para o jornal *Folha Nativa*, caso este adote o jornalismo cívico. Após a pesquisa, concluiu-se que o jornalismo cívico é uma prática jornalística consolidada, que pode ser implementada no contexto brasileiro, com algumas adaptações, que não se resumem à mudança do termo usado para dar nome à prática. Considerou-se a necessidade de educar para a cidadania e a importância da academia para provar a eficiência de novos modelos de comunicação. Os resultados da pesquisa permitiram apontar que é necessária a experimentação para chegar a um modelo brasileiro de jornalismo cívico e que estudos comparativos com os jornalismo popular e comunitário podem auxiliar na definição desta prática jornalística.

Palavras-chave: Jornalismo Cívico. Jornalismo Público. Democracia. Objetividade. Credibilidade. Cidadania. Políticas públicas. Agendamento.

ABSTRACT

This research emerges from a bibliographic study around the American civic journalism, searching to understand what are the differences in the communicative processes of this practice in relation to traditional journalistic practices. Our goal was to study civic journalism, which we understand as a journalistic practice capable of act as a catalyst for participation in public life and citizenship. Based on the findings, we propose a model of civic journalism that we believe is viable for small newspapers in the interior of Brazil, more specifically, to the newspaper *Folha Nativa* of Irai/RS. To get the proposal, we made a content analysis of five editions of the newspaper, a information gathering, through interview with the editor of the newspaper, and mapping of issues of interest of the town citizens through a questionnaire open to community participation. The result was a comparative analysis of two types of journalistic practices and a plan of actions for the newspaper *Folha Nativa*, in case it adopts civic journalism. After research, it was concluded that civic journalism is a consolidated journalistic practice, which can be implemented in the Brazilian context, with some adjustments, which are not limited to changing the term used to name the practice. It was considered the need to educate for citizenship and the importance of academy to prove the efficiency of new models of communication. The research results enabled to point out that experimentation is needed to reach a Brazilian model of civic journalism and that comparative studies between civic journalism and popular journalism and between civic journalism and communitarian journalism can help to proper define this journalistic practice.

Keywords: Civic Journalism. Public Journalism. Democracy. Objectivity. Credibility. Citizenship. Public policies. Agenda setting.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – COMPOSIÇÃO DO CONTEÚDO DO JFN	60
Gráfico 2 – DISTRIBUIÇÃO DAS FONTES	61
Gráfico 3 – Se você pudesse, o que mudaria em Iraí?	64
Gráfico 4 – Quem, na sua opinião, tem o poder de mudar a maneira como as coisas são feitas na sua comunidade?	64
Gráfico 5 – O que estas pessoas ou instituições podem fazer para melhorar a cidade?	65
Gráfico 6 – O que está funcionando em Iraí?	66
Gráfico 7 – Que benefícios você vê na cidade?	66
Gráfico 8 – Que problemas você vê na cidade?	67
Gráfico 9 – O que te causa indignação, neste momento, em Iraí?	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resumo das diferenças entre os jornalismo cívico e tradicional	54
Tabela 2 – Tipos de líderes	69
Tabela 3 – Temáticas e possíveis abordagens	71

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. O JORNALISMO CÍVICO	14
2.1. HISTÓRICO	15
2.2. AGENDAMENTO NA PERSPECTIVA CÍVICA/PÚBLICA	21
2.3. MODELO AMERICANO VS. MODELO BRASILEIRO	23
2.4. TÉCNICAS E POTENCIALIDADES	28
3. DIFERENÇAS NOS PROCESSOS COMUNICACIONAIS DO JORNALISMO CÍVICO	30
3.1. O EMISSOR	31
3.1.1. Papel do jornalista cívico	32
3.1.2. O Newsmaking no jornalismo cívico	33
3.2. AS MENSAGENS	37
3.2.1. Pautas, notícias, reportagens	38
3.2.2. Enquadramento, linguagem e narrativa	40
3.2.3. Objetividade versus honestidade jornalística	41
3.3. O PÚBLICO: DE SEMI-PASSIVO A ATIVO E PARTICIPANTE	42
3.3.1. O público deliberativo e a esfera pública	43
3.3.2. Efeito ou Recepção?	47
3.4. O MEIO: ESPAÇO DE DIÁLOGO	51
3.5. A UNIDADE COMPLEXA DOS ELEMENTOS	53
4. COMO UM JORNAL DO INTERIOR PODE ADOTAR O JORNALISMO CÍVICO.....	57
4.1. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO JORNAL <i>FOLHA NATIVA</i>	58
4.2. ANÁLISE DO CONTEÚDO E DAS POSSIBILIDADES	59
4.3. A AGENDA DOS CIDADÃOS: QUESTÕES DA COMUNIDADE NO JORNAL.....	62
4.3.1. Mapeamento das questões	63
4.4. PROPOSTA DE JORNALISMO CÍVICO NO JORNAL <i>FOLHA NATIVA</i>	68

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	80
ANEXO A	86
ANEXO B	87
ANEXO C	88
ANEXO D	89
APÊNDICE A	90

1 INTRODUÇÃO

A presente monografia tem como tema o Jornalismo Cívico, também chamado por seus criadores de Jornalismo Público e também de Jornalismo de Contato com a Comunidade¹. Pouco explorado no Brasil, este gênero (ou movimento) provou ter potencial de provocar mudanças e mobilizar comunidades nos Estados Unidos, onde foi criado e colocado em prática.

Ainda que o Jornalismo Cívico tenha surgido em 1988, nos Estados Unidos, e seja considerado o maior movimento depois do movimento do Novo Jornalismo², o tema não foi difundido no Brasil. Existem poucos exemplos brasileiros da prática e nenhuma obra de teóricos do movimento traduzida para a língua portuguesa. Livros disponíveis em nossa língua são apenas três: o primeiro, de 2003, *Jornalismo Cívico*, dos portugueses Nelson Traquina e Mário Mesquita, não foi lançado no Brasil. O segundo, a dissertação de mestrado de Márcio Fernandes, publicada como livro em 2008 sob o título *Civic Journalism: haverá um modelo brasileiro?* teve tiragem de 500 exemplares já esgotados. O terceiro, do professor Luiz Martins da Silva, intitulado *Jornalismo Público – Três textos básicos* foi lançado em 2006 e não está mais disponível. Nesta realidade, a pesquisa acadêmica sobre o tema no Brasil é escassa e, portanto, carente de novos olhares.

Segundo James Carey (apud KOVACH e ROSENSTIEL, 2004, p. 45) os jornalistas desenvolveram "um jornalismo que se justifica em nome do público mas do qual este mesmo público não participa, exceto como espectador". Na contracorrente, Fernandes (2002) observa que "jornalistas cívicos dizem acreditar que sua missão é motivar as pessoas a pensar e agir, em vez de meramente atraí-las para assistir à apresentação dos fatos, sejam da mídia impressa televisiva ou radiofônica". (FERNANDES, in HOHLFELDT; BARBOSA, 2002, p. 103). Escolhemos este tema pois acreditamos no potencial do jornalismo cívico de retomar a participação dos cidadãos e de provocar mudanças, o que hoje não acontece.

¹ Seguindo exemplo dos criadores do Jornalismo Cívico, utilizaremos neste estudo, como sinônimos, os três nomes dados a este gênero.

² Novo Jornalismo foi o nome dado ao movimento de jornalistas norte-americanos que, na década de 1960, começaram a misturar a narrativa jornalística com a literária. Mais do que criar romances de não-ficção, o novo jornalismo se diferencia pela intensa apuração. Nomes do gênero são Tom Wolfe, Gay Talese, Norman Mailer e Truman Capote.

Nosso recorte está em estudar o jornalismo cívico como uma teoria e prática jornalística capaz de servir como instrumento de (re)construção da cidadania e da esfera pública voltado para a solução de problemas. Para tanto, nos focamos, num primeiro momento, em definir quais as características que diferenciam o jornalismo cívico do tradicional para, no segundo momento, descobrir qual o modelo de jornalismo cívico funcionaria no contexto de um jornal local de uma pequena cidade – mais especificamente, do jornal *Folha Nativa* da cidade turística de Iraí, que situa-se no extremo norte do Rio Grande do Sul. Pretendemos entender quais as diferenças nos processos comunicacionais dos meios e dos públicos com a prática jornalística cívica e discutir possibilidades de adoção deste jornalismo pelo jornal local. Para solucionar esta questão, analisamos como se dá a produção atual do *Folha Nativa* e aplicamos um questionário aberto, usado por jornalistas cívicos americanos, para medir a temperatura da comunidade e verificar como o jornalismo cívico pode atuar na situação específica. A partir das possibilidades do jornal e das preocupações dos cidadãos, refletiremos quanto a criação de um projeto de jornalismo cívico para o município de Iraí.

Revisamos a bibliografia disponível em português e parte da disponível em inglês, comparando com os preceitos do jornalismo tradicional para contemplar nosso primeiro objetivo, que era de fazer a diferenciação do jornalismo cívico como uma prática jornalística estabelecida, com uma filosofia, técnicas e práticas definidas. A pesquisa também analisou o conteúdo de seis meses de edições do Jornal *Folha Nativa*, buscando quantificar a parcela que se referia a cidade de Iraí. Esta primeira análise foi feita pois constatamos na leitura exploratória que, apesar de tratar-se de um pequeno jornal quinzenal, o *Folha Nativa* apresenta matérias de diversas cidades. Como o interesse do presente trabalho é o jornalismo cívico aplicado ao local, selecionamos as matérias referentes à cidade de Iraí para uma segunda análise. Nesta, observamos as seguintes características: tema, fontes consultadas e eventual aproximação dos propósitos do jornalismo cívico (como busca de soluções). Quanto às fontes, buscamos saber se eram legitimadas ou cidadãos – uma grande diferença entre o jornalismo tradicional, como descrito pelo newsmaking (WOLF, 2012; VIZEU, 2008), e o jornalismo cívico. A análise possibilitou identificar potencialidades e acertos que poderiam ser ampliados, bem como fragilidades e erros que deveriam ser trabalhados.

Com a aplicação de um questionário aberto que buscava saber que problemas os cidadãos viam na cidade, quem eles acreditavam que poderia solucioná-los e como poderiam solucioná-los obtivemos 23 respostas voluntárias que serviram de base para a elaboração de uma proposta de jornalismo cívico para o jornal *Folha Nativa* que contemple as necessidades dos cidadãos da cidade de Iraí – principal público do jornal.

Vemos o jornalismo cívico não só como um movimento de interesse acadêmico, mas como necessário para rever a prática jornalística distanciada de seu público. Com a pós-modernidade veio o fim do comprometimento com o coletivo. Rosen (1996 apud FERNANDES, 2008b) percebeu a dissolução da esfera pública como problema para o jornalismo tradicional, pois existe a informação, mas não existe a esfera pública. A consequência direta disso é uma democracia rasa e uma cidadania limitada ao voto. Para o autor, os jornalistas podem e devem contribuir decisivamente para a reconstrução da esfera pública.

Esta monografia se desenvolve em três capítulos. No primeiro, apresentamos o histórico de surgimento do jornalismo cívico, descrevemos a teoria do agendamento na perspectiva cívica/pública, as diferenças entre o modelo americano e o brasileiro e as potencialidades desta prática. No segundo capítulo, busca-se identificar e explicar as diferenças entre os processos comunicacionais tradicionais e os do jornalismo cívico.

O terceiro, apresenta a estrutura e funcionamento do Jornal *Folha Nativa*, da cidade de Iraí e uma reflexão sobre as possibilidades de aplicação de uma proposta cívica para a imprensa iraiense. Assim, esperamos que este trabalho não se encerre com a apresentação final da monografia, mas se reverta em benefício daquela comunidade.

2 O JORNALISMO CÍVICO

Em 1988, alguns jornais americanos – a maioria de pequeno e médio porte – preocuparam-se com a queda no número de assinantes³ e com o rumo que a cobertura política tomava. O editor do pequeno diário *The Wichita Eagle*, Davis Merritt, tornou pública sua preocupação com o modelo de cobertura política da imprensa norte-americana, e propôs uma discussão mais séria sobre o tema, envolvendo a coletividade, e que havia enorme interesse dos leitores que assim fosse (FERNANDES, 2008a).

Para reverter a situação, apostaram em temas mais próximos da comunidade onde atuavam, e na cidadania. Assim, surgiu o jornalismo cívico – argumento/experimento/movimento que buscava recuperar a confiança dos cidadãos, promover a participação desses na vida pública, facilitar o debate e ajudar a encontrar soluções para problemas comunitários locais. Na base deste jornalismo estava a importância do local e do contato com o público, o fortalecimento da democracia e da ética.

Alguns autores consideram o localismo⁴ a salvação do jornalismo hoje (GOMES; VIEIRA, 2011). Entendemos que o critério de proximidade sempre foi a solução. Toda vez que há crise no jornalismo este se volta à comunidade. Isto é visto no jornalismo cívico, no jornalismo popular e nos jornais de bairro (jornalismo hiperlocal). Isto porque o público busca mais informações sobre o que acontece ao seu redor, e pouco se interessa por fatos que acontecem em outras partes do mundo, ou mesmo do país.

O localismo está diretamente vinculado ao primeiro e terceiro dos critérios de noticiabilidade, que aprofundaremos mais adiante: proximidade e identificação social (LAGE, 2001). Estes dois critérios são pouco explorados pelos veículos tradicionais, que buscam abarcar todas as informações nacionais e mundiais; porém, são básicos para o jornalismo cívico.

Além da proximidade e espaço para debate, a ligação entre jornalismo e democracia é a razão de existência do Jornalismo Cívico. Seus criadores, entre os

³ Segundo dados do relatório State of News Media, só entre 1990 e 1995 caiu em 6,6% a circulação total de jornais em números absolutos – queda de 8,2% em relação ao número de domicílios. Disponível em: <http://stateofthemediamedia.org/2011/newspapers-essay/data-page-6/> Acesso: 23 set. 2013

⁴ Para Boaventura de Sousa Santos (apud MATTOS, 2010, p. 26), localismo é um “conjunto de iniciativas que visa criar e manter espaços de sociabilidade de pequena escala, comunitários, orientados por lógicas participativas e cooperativas”.

quais Merritt (1997), defendem que um não sobreviveria sem o outro. Rosen (1993) chega a extrapolar sua importância, afirmando que “o jornalismo é uma das mais importantes artes da democracia, e que seu objetivo final não é fazer notícias, ou reputações, ou manchetes, mas simplesmente fazer a democracia funcionar” (ROSEN In: TRAQUINA; MESQUITA, 2003, p. 84). Merritt e Rosen, conforme bibliografia pesquisada, citada em nossas referências, são considerados os pais do jornalismo cívico.

2.1. HISTÓRICO

Ainda que o Jornalismo Cívico tenha surgido no fim dos anos 1980, suas raízes vêm de um debate⁵ ocorrido 60 anos antes. Nos anos 1920, nos Estados Unidos, o jornalista Walter Lippmann (apud MERRITT, 1997) ponderou que o mundo pós-Revolução Industrial poderia nos reservar “ambientes invisíveis” (LIPPMANN, 2010, p. 68). Nesta nova configuração de mundo, não parecia viável a Lippmann que pessoas despreparadas se autogovernassem, pois o público dedica pouca atenção aos assuntos públicos e não consegue perceber como as decisões governamentais afetam suas vidas. Na sua visão, a solução era que especialistas tomassem as decisões importantes para a sociedade, cabendo a esta, apenas eleger quem escolheria estes especialistas.

Lippmann tinha um opositor nesta questão, o filósofo John Dewey. Dewey (apud MERRITT, 1997), ainda que concordasse com a crítica de Lippmann ao público e à democracia, acreditava no poder dos grupos para resolver problemas. Em resenha do livro de Lippmann para a própria revista do jornalista, *The New Republic*, “Dewey qualificou a análise do autor sobre os limites da percepção humana ‘a mais eficaz denúncia da democracia jamais escrita’ e afirmou que Lippmann diagnosticava algumas das mais sérias fragilidades da imprensa e do público” (KOVACH e ROSENSTIEL, 2004, p. 44). Porém, Dewey não acreditava em desistir da democracia, mas sim em tentar aprimorar os recursos da imprensa e a educação do público. Para ele, a democracia era, mais que um sistema de governo,

⁵ Walter Lippmann publicou *Public Opinion* (Opinião Pública) originalmente em 1922. Em 1925 expandia sua descrença no sistema democrático em *The phantom public* (O público fantasma). Dois anos mais tarde, o filósofo John Dewey, publicava *The public and its problems* (O público e seus problemas) – uma resposta direta a Lippmann, com quem concordava em muitos aspectos, exceto quanto ao público e a capacidade deste de participar racionalmente na democracia. Para ele, o público não era um fantasma, apenas passava por um eclipse.

a própria ideia de vida social. Para que houvesse uma cidadania mais envolvida, Dewey acreditava que a sociedade contemporânea precisava voltar a ser uma comunidade. Na visão dele, isto poderia ser feito através de um papel mais ativo da imprensa em criar condições de debate. “O papel da imprensa era central para a solução dos problemas, mas um público ativo e informado era a solução final” (COLEMAN In: TRAQUINA; MESQUITA, 2003, p. 63).

No debate entre Lippmann e Dewey foram polarizados alguns conceitos, como os de Sociedade versus Comunidade e Indivíduo versus Cidadão (MERRITT, 1997; TRAQUINA; MESQUITA, 2003). A ótica de Lippmann sobressai. Houve a separação entre governo e cidadãos e a atrofia da democracia. Nesta separação, os jornalistas que cobriam o governo se consideraram parte dessa elite. Aos poucos, a maior parte da imprensa se elitizou (MERRITT, 1997) e afastou-se dos cidadãos e da esfera pública. Com a crença de estar servindo a um ideal maior, deixou de lado os problemas que afetam diretamente as pessoas para se focar nos bastidores do poder. O jornalismo cívico surgiu do entendimento de que o jornalismo deveria ser mais público.

Esta disputa é a base pré-histórica do jornalismo cívico, mas há outros marcos importantes depois dela. A esfera pública, a Teoria da Responsabilidade Social da Mídia (que teve origem no relatório da Comissão de Hutchins⁶) e o jornalismo investigativo também são partes desta pré-história. Diversos autores, entre eles Ahva (2011), apontam a necessidade de referir-se à esfera pública para compreender o papel do jornalismo na sociedade.

Ahva sintetiza o conceito de Habermas, para quem a “esfera pública é um sistema de comunicação entre o Estado e a sociedade civil (Habermas, 1998; 2006)

⁶ O relatório da Comissão de Hutchins – “Uma imprensa livre e responsável” (A free and responsible press) foi publicado em 1947, nos EUA. A Comissão criada em 1942, no correr da Segunda Guerra Mundial, foi presidida pelo então reitor da Universidade de Chicago, Robert M. Hutchins. O relatório exigia dos meios de comunicação:

1. Propiciar relatos fiéis e exatos, separando notícias (reportagens objetivas) das opiniões (que deveriam ser restritas às páginas de opinião);
2. Servir como fórum para intercâmbio de comentários e críticas, dando espaço para que pontos de vista contrários sejam publicados;
3. Retratar a imagem dos vários grupos com exatidão, registrando uma imagem representativa da sociedade, sem perpetuar os estereótipos;
4. Apresentar e clarificar os objetivos e valores da sociedade, assumindo um papel educativo; e, por fim,
5. Distribuir amplamente o maior número de informações possíveis.

e, portanto, é o contexto final em que o jornalismo opera”⁷ (AHVA, 2011, p.119). Segundo ele, a posição do jornalismo é central na esfera pública, pois ele cria, mantém e molda a esfera pública, de modo que a sociedade civil e as instituições do Estado possam interagir e a democracia possa funcionar abertamente (AHVA, 2011) e que isto é um problema, visto que a conceituação de “público” no jornalismo não tem sido consistente.

No artigo *What is ‘public’ in public journalism*⁸ Ahva (2011), jornalista e pesquisadora finlandesa, elabora uma teoria de esfera pública para o jornalismo cívico, a qual é resumida em cinco tópicos (traduzidos e adaptados pela autora do presente trabalho):

1) Estrutura da esfera pública: múltiplos públicos, sendo tarefa do jornalismo público promover a diversidade e interconectá-los;

2) Papel dos cidadãos na esfera pública: a cidadania representativa na forma de cidadãos ativos legitima a esfera pública;

3) Objetivo de deliberação: a esfera pública é o espaço para deliberação que permite encontrar soluções, mas a solução de problemas não precisa ser o objetivo final de jornalismo público. Promover a deliberação é mais importante no sentido de que ela revela questões que requerem tratamento conjunto;

4) Função da esfera pública: espaço inclusivo para apresentar pontos de vista conflitantes. A formação de consenso é improvável, mas devem ser procurados o entendimento e as opiniões consideradas. A oportunidade de apresentação pública também é significativa em sua capacidade de dar poder (empower);

5) Modelo de democracia: um apego ao ideal de democracia deliberativa-participativa, que é centrada na política. Devem ser estabelecidas conexões com o sistema político vigente: por exemplo, considerando o jornalismo público como uma forma de monitoramento público.

Entende Ahva que,

para o jornalismo público a melhor maneira de entender a estrutura da esfera pública é considerar o caráter público como o princípio definidor e considerar a esfera pública como sendo composta por múltiplos públicos que podem surgir, dissolver ou protelar e que estão interligados através de redes. Assim, em uma teoria do jornalismo público, precisamos de uma concepção de uma esfera pública abrangente a fim de ter uma discussão relevante sobre as possibilidades e limitações do jornalismo público para levar adiante a diversidade de opiniões dos cidadãos dos sub-públicos na

⁷ Tradução da autora.

⁸ O que é “público” no jornalismo público?

esfera pública e, finalmente, ter um impacto sobre os processos de elaboração de políticas. (AHVA, 2011, p. 123).

O relatório da Comissão de Hutchins (1947) é visto como precursor do Jornalismo Cívico (COLEMAN In: TRAQUINA e MESQUITA, 2003). “Antecipando as mudanças que estavam por vir e respondendo a uma onda crescente de críticas à atuação da mídia, a Comissão tinha como objetivo principal definir quais eram as funções da mídia na sociedade moderna” (LIMA, 2008). Com o lema “Uma imprensa livre e responsável”, o relatório da Comissão de Hutchins ainda não apresentou o que vem a ser o Jornalismo Cívico. Como observam Christians, Ferre e Fackler (1993 apud COLEMAN In: TRAQUINA e MESQUITA, 2003), o relatório apenas modifica o libertanismo, enquanto os autores citados e o jornalismo cívico advogam o comunitarismo.

Mesquita (2003) aponta duas diferenças fundamentais para a compreensão do Jornalismo Cívico, bem como de seus antecessores: entre comunidade e sociedade e entre universalismo e comunitarismo. De acordo com Raynaud (1996 apud MESQUITA. In: TRAQUINA e MESQUITA, 2003), “a *comunidade* se baseia na adesão unânime e pré-reflexiva a valores substanciais, enquanto a *sociedade* se fundamenta numa estrita individualização dos interesses que conduz à procura consciente do compromisso ou da associação voluntária” (RAYNAUD, 1996 apud MESQUITA. In TRAQUINA e MESQUITA, 2003, p. 21). Quanto ao universalismo e comunitarismo, a perspectiva universalista “propõe soluções válidas para todos os humanos” (MESQUITA 2003. In: TRAQUINA e MESQUITA, 2003, p. 22), enquanto o comunitarismo entende que essa abordagem desconsidera as particularidades das sociedades, suas tradições e valores próprios. O comunitarismo propõe “corrigir e compensar o desenraizamento provocado pelas sociedades contemporâneas” (MESQUITA, 2003 In: TRAQUINA e MESQUITA, 2003, p. 23). Por entendermos a importância desta discussão para o entendimento do público, estes conceitos serão aprofundados no próximo capítulo.

Autores apontam o jornalismo investigativo (também chamado *muckraking* por alguns autores norte-americanos) como um movimento que precede o jornalismo cívico. O jornalismo *muckraking* surgiu entre o final do século XIX e o início do século XX, com revistas como a *McClure's*, *Cosmopolitan* e *Munsey's*. Em 1893, estas publicações baixaram seus preços de capa e a circulação começou a subir.

Com o clima favorável, elas aumentaram a caça à corrupção, clamando por justiça social, no que ficou conhecido como “a era dos *muckrackers*”.

Nos anos 1960, o jornalismo investigativo reavivou a tradição. Assim como os jornalistas cívicos, os *muckrakers* preocupavam-se com as comunidades que cobriam, criticavam o jornalismo vigente e procuravam educar o público e incentivá-lo à participação cívica. Os *muckrakers* praticaram jornalismo de denúncia, adotaram uma postura cética e negativa em relação à política e propuseram uma reforma governamental, enquanto os jornalistas cívicos, nos dias atuais, dão ênfase à busca de soluções entre os cidadãos para problemas sociais, adotam uma postura positiva e desejam reformas sociais, através da deliberação pública e do consenso (EKSTEROWICZ; ROBERTS e CLARK, 1998⁹ In: TRAQUINA; MESQUITA, 2003). Ainda, assim, as semelhanças autorizam colocar os *muckrakers* na pré-história do Jornalismo Cívico.

Ainda que tenham ocorrido movimentos na trajetória de uma abordagem cívica/pública do jornalismo, este precisou de mais do que número de leitores e de publicidade em queda para surgir. O “alarme” final para a mudança de atitude foi a eleição presidencial americana de 1988, considerada o ápice da síndrome pós-Watergate. Merritt (1997) diz que os jornalistas começaram a tratar todas as figuras políticas como suspeitos. A mudança de postura de “cão-de-guarda” para “cão-de-ataque” expôs os piores aspectos da cultura jornalística. A política tornou-se um jogo de intrigas de políticos inacessíveis, escritas por jornalistas igualmente inacessíveis (MERRITT, 1997, p. 63). Isto levou jornalistas e agentes políticos a serem vistos igualmente como parceiros no problema, e listados como pessoas não-confiáveis. A cobertura de campanhas eleitorais aconteceram no estilo corrida de cavalos, os debates eram confrontos, o conflito representou o maior valor jornalístico, a vida pública transformou-se em um espetáculo (MERRITT, 1997). Foi este rumo do jornalismo americano que levou Merritt, bem como outros jornalistas, a pensarem que outra prática não só era possível, com necessária.

Toda esta bagagem de décadas de debates sobre o papel do jornalismo na sociedade democrática leva a algumas observações do jornalismo cívico: a existência do jornalismo depende da vida pública; os cidadãos se sentem excluídos dos processos democráticos e frustrados com a cobertura polarizada da mídia e

⁹ Publicado originalmente na revista científica Harvard International Journal of Press/Politics, vol. 3, nº 2, 1998. Tradução de João Nisa.

impossibilidade de ação, por isto, o interesse pela vida pública é decrescente; os jornalistas devem perceber os cidadãos como participantes ativos nos processos democráticos, em oposição a espectadores passivos, assim como assumirem um papel mais pró-ativo; os jornalistas devem atuar como facilitadores do debate e contribuir para que a vida pública corra bem (TRAQUINA; MESQUITA, 2003; MERRIT, 1997; FERNANDES, 2008a).

Percebendo um problema, Merritt (1995 apud TRAQUINA, 2003. In: TRAQUINA e MESQUITA, 2003, p. 13) propôs quatro ações:

- 1) ir para além da missão de dar as notícias para uma missão mais ampla de ajudar a melhorar a vida pública; 2) deixar para trás a noção do "observador desprendido" e assumir o papel de "participante justo"; 3) preocupar-se menos com as separações adequadas e mais com as ligações adequadas; 4) conceber o público não como consumidores, mas como atores na vida democrática, tornando assim prioritário para o jornalismo estabelecer ligações com os cidadãos. (MERRITT, 1995 apud TRAQUINA, 2003. In: TRAQUINA e MESQUITA, 2003, p. 13)

Lambeth (1998) também contribui para a definição de Jornalismo Cívico, destacando que trata-se de uma forma de jornalismo que busca:

1. Ouvir sistematicamente às histórias e ideias dos cidadãos mesmo protegendo a liberdade de escolher o que cobrir.
2. Analisar formas alternativas para enquadrar histórias sobre questões importantes para a comunidade;
3. Escolher os enquadramentos que apresentem a melhor chance de estimular a deliberação entre os cidadãos e desenvolver a compreensão das questões;
4. Tomar a iniciativa de informar sobre os principais problemas públicos de uma forma que melhore o conhecimento público sobre possíveis soluções e os valores sirvam como cursos de ação alternativos, e;
5. prestar atenção contínua e sistemática para o quão bem e quão crível está a comunicação com o público. (LAMBETH, 1998 apud NIP, 2011, p. 213-214).

Para realizar essas mudanças, os jornalistas cívicos conceberam algumas premissas de como a prática jornalística deveria funcionar, a começar pela agenda dos cidadãos. Porém, deixaram a nova ideia – ou filosofia – aberta para experimentação. Glasser (1999) observou que provavelmente se deve a esta abertura pelo Jornalismo Cívico a rápida difusão de uma variedade de projetos interessantes, e frequentemente importantes, visando fazer a imprensa mais relevante para as pessoas como cidadãos. Mas, provavelmente, também é responsável pela “desorganização do Jornalismo Público como uma teoria normativa

da imprensa”¹⁰ (GLASSER, 1999, p. 6). O jornalismo cívico, público ou de contato com a comunidade é uma filosofia com muitas técnicas e práticas desenvolvidas, mas indefinido, inclusive na denominação.

2.2. AGENDAMENTO NA PERSPECTIVA CÍVICA/PÚBLICA

Ancoramos a agenda dos cidadãos, proposta pelo jornalismo cívico, na teoria da Agenda-Setting pela abordagem de Luiz Martins da Silva (In: BENETTI; LAGO, 2008). Para o autor, o conceito central desta abordagem é o *advocacy*, ou seja, a **defesa de interesses sociais**¹¹. Ela acontece através das instituições que realizam o *advocacy* de temas que defendem junto à mídia (por exemplo, o *Greenpeace*). No jornalismo cívico é a própria organização jornalística quem pratica o *advocacy*. Isto implica na adoção de uma nova agenda e na mudança nas rotinas produtivas da profissão para que estas favoreçam pautas que abordem temas relevantes para a comunidade.

Na prática, os jornalistas cívicos utilizam-se de sondagens, pesquisas e grupos focais para identificar quais os temas que preocupam a comunidade onde atuam. Partem da agenda dos cidadãos para, então, elaborar as pautas. Como resultado, elaboram reportagens que fazem análises abrangentes das questões levantadas pelos cidadãos. Em eleições – situação que motivou a criação do Jornalismo Cívico – as reportagens buscam analisar candidatos e questioná-los quanto às questões que preocupam o público. A agenda dos cidadãos, suas preocupações, suas prioridades, suas necessidades pautam o Jornalismo Cívico.

Segundo a teoria da Agenda, quase sempre, e veremos adiante quando isto não acontece, a agenda do público reflete a agenda da mídia em curto e médio prazo (MCCOMBS, 2009). Entretanto, no entendimento de pesquisadores como Ann Crigler, Marion Just e Russell Neuman (1992), a agenda midiática norte-americana quase nunca está em consonância com a agenda pública (apud FERNANDES, 2008a). Isto porque enquanto a primeira está interessada em abordar as peculiaridades do dia-a-dia (exercício de jornalismo factual), a segunda prefere a discussão de temas mais abrangentes e duradouros [...]” (CRIGLER; JUST; NEUMAN, 1992 apud FERNANDES, 2008a, p. 97) Esta colocação justifica que

¹⁰ Tradução da autora.

¹¹ Grifo nosso.

temas que não são considerados notícia no jornalismo tradicional sejam comuns nos projetos de jornalismo cívico¹².

McCombs (2009) entende que as agendas dissonantes ocorrem pela presença de ruídos na comunicação. O ruído pode ter causa nas mensagens em si ou no sistema onde essas são produzidas. Os efeitos do agendamento ocorrem em qualquer lugar no qual exista um sistema político relativamente aberto e um sistema midiático razoavelmente aberto (MCCOMBS, 2009). Caso um ou ambos sistemas forem fechados, o agendamento não ocorre, pois o público não aceita essa agenda como legítima.

Supomos que o descrédito do público na mídia e/ou no sistema de governo, ainda que estes sejam relativamente abertos, possa ter o mesmo efeito. Trazendo esta suposição para o contexto brasileiro, é plausível entender que a agenda dos cidadãos não reflita a agenda da mídia para alguns temas (ou muitos). O Brasil viveu 25 anos em um sistema político fechado. Antes disso, já convivera com a ditadura do Estado Novo.

Há pouco mais de 20 anos tem-se um sistema político aberto, ainda que carregue muitas falhas. A mídia sofreu censura no período da ditadura. A percepção da mídia controlada – ainda que nem sempre esteja correta – vem da época do regime militar e do apoio de jornais, rádios e TVs ao regime ditatorial. O jornal *O Globo*, no lançamento do projeto Memória, fez uma autocrítica em que admitiu que errou ao apoiar o golpe. No texto, o jornal reconhece que o fato marca a instituição até hoje. “Diante de qualquer reportagem ou editorial que lhes desagrade, é frequente que aqueles que se sintam contrariados lembrem que O GLOBO apoiou editorialmente o golpe militar de 1964” (O GLOBO, 2013).

E lembra que outros veículos também o fizeram.

A lembrança é sempre um incômodo para o jornal, mas não há como refutá-la. É História. O GLOBO, de fato, à época, concordou com a intervenção dos militares, ao lado de outros grandes jornais, como "O Estado de S.Paulo", "Folha de S. Paulo", "Jornal do Brasil" e o "Correio da Manhã", para citar apenas alguns. Fez o mesmo parcela importante da população, um apoio expresso em manifestações e passeatas organizadas em Rio, São Paulo e outras capitais. (O GLOBO, 2013).

¹² A diferença entre as definições de notícia tradicional e na perspectiva cívica serão apresentadas no próximo capítulo.

Mesmo que o poder ou controle sobre a mídia não seja exercido pelo governo ou partidos, esta percepção (ou lembrança) enfraquece o poder de influência da mídia.

Das diferenças culturais entre Estados Unidos e Brasil cabe também citar a das motivações. McCombs (2009) afirma que “ao se examinar a motivação do público para atentar ao noticiário da mídia, cerca de um quarto da população americana acredita intensamente que é seu dever cívico manter-se atualizado com as notícias” (MCCOMBS, 2009, p. 86). No Brasil, o senso de dever cívico tem significado diferente do entendimento dos americanos, como veremos a seguir.

2.3. MODELO AMERICANO VERSUS MODELO BRASILEIRO

Fernandes (2008a) considera o conceito de cidadania, e do que é entendido por cívico, civismo e palavras correlatas, um impasse para a difusão do Jornalismo Cívico no Brasil. Segundo Fernandes (2008a), o conceito de civismo nos Estados Unidos está mais ligado à construção coletiva de uma cidade, região ou país do que ao nacionalismo ou patriotismo. Já no Brasil, “a instabilidade política [...] em muito contribuiu para ausência de cidadania com características semelhantes às americanas ou de outras nações” (FERNANDES, 2008a, p.37).

Após rever a etimologia da palavra, o autor conclui com uma diferenciação da cidadania como entendida por americanos e brasileiros:

Enquanto que, na língua inglesa, ela é vista como uma condição para ser cidadão, no Brasil tem sido encarada como um direito do cidadão. O CJ¹³ lida com a noção de cidadania como uma condição, quase uma obrigação, não apenas para os moradores de uma região ou cidade, mas para imprensa também, algo que os veículos de comunicação brasileiros não compactuam, já que são ainda defensores do mito da isenção (parte da Teoria do Espelho), algo que pode ficar comprometido, na visão verde-amarela, quando se procede do modo que o CJ costuma fazer. (FERNANDES, 2008a, p. 43)

O mito da isenção é outra questão que afasta muitos jornalistas da ideia, pois acreditam que um jornalismo engajado não consegue ser objetivo, livre/autônomo e imparcial. Para o jornalismo cívico, os conceitos de objetividade, credibilidade e equilíbrio precisam ser revistos. Então, revisemos os dois primeiros.

¹³ CJ: abreviatura de *civic journalism* (jornalismo cívico) adotada por Fernandes (2008a).

De acordo com Rosen (1993)¹⁴, a objetividade é conflitante com outros valores jornalísticos, como atuar como “cão-de-guarda” (tarefa assertiva) e o entendimento do jornalista como contador de “estórias”. Assim, é possível concluir que os jornalismo investigativo e literário já haviam quebrado o valor “objetividade” como entendido atualmente. Para o autor, mesmo com imperfeições, a objetividade ainda expressa valores legítimos que merecem ser mantidos, como “a noção de uma verdade desinteressada, o desejo de se separar a prática do jornalismo da prática da política, a tentativa fundamentada de conter os seus próprios preconceitos, olhando para as coisas pela perspectiva das outras pessoas” (ROSEN In: TRAQUINA; MESQUITA, 2003, p 83). Contudo, considera a objetividade um mito perigoso e deformador.

Uma nova teoria da objetividade e da credibilidade, segundo Rosen, seria:

Segundo a velha teoria, a objetividade advém da imparcialidade e da distância. É-se credível porque não se está envolvido. Não se está interessado, não se tem benefícios diretos. Segundo a nova teoria da objetividade, a credibilidade é alcançada porque se está preocupado, porque se está interessado, porque se importa com o que se passa na comunidade. E ganha-se credibilidade na comunidade porque se demonstra que tem benefícios caso, por exemplo, a comunidade enfrente os seus problemas em vez de fugir ou se esconder. (ROSEN, 1993. In: TRAQUINA e MESQUITA, 2003, p. 83).

Citar os dois lados da história é uma definição corrente de equilíbrio para o jornalismo. Esta forma de produzir a impressão de equilíbrio, publicando as posições de polos extremados, cria uma falsa realidade, pois a maioria das pessoas não está em nenhum dos extremos e se sente de fora da discussão (MERRITT, 1997). Rosen (1993) argumenta que este tipo de equilíbrio “é muito mais uma fuga à verdade do que um caminho na sua direção. É uma forma de negar a sua responsabilidade em relação ao problema da verdade no seu todo” (ROSEN, 1993. In: TRAQUINA e MESQUITA, 2003, p. 77). Merritt (1997) considera simplista o enquadramento em forma de polos conflitantes, que, por vezes, cria falsos conflitos e defende um enquadramento que apresente as possibilidades que existem entre os extremos. Para ele, um enquadramento na perspectiva das nuances é mais educativo e tem maior potencial na resolução de problemas.

Tendo entendidos estes conceitos, voltamo-nos ao caso brasileiro. Em seu livro, Fernandes (2008a) objetivou refletir sobre o que seria um modelo de jornalismo

¹⁴ Publicado originalmente na revista científica Nieman Reports, Inverno 1993. Tradução de Victor Flores.

cívico no Brasil. Ele cita os jornais o Povo, de Fortaleza, e o Jornal da Manhã, de Ponta Grossa-PR, entre os jornais que tiveram projetos que se assemelham ao jornalismo cívico. No contexto brasileiro, ele acredita que o *ombudsman* pode ser um ponto de partida. Porém, esta figura não está presente na quase totalidade das redações brasileiras. Costa Filho (2006) aponta a TV Cultura como único veículo a adotar este jornalismo como política editorial no país. No entendimento dele, o fizeram com dois programas – o Matéria Pública e o Diário Paulista – nos quais a regra era menos notícia e mais informação.

No Brasil, observamos que a forma de jornalismo mais próxima do Cívico é o Comunitário, que, segundo Cogo (2007):

[...] propunha processo de interação comunicacional baseado na ruptura dos papéis tradicionais de produtor em receptor dos meios de comunicação para a instauração de processos comunicacionais mais horizontais, dialógicos e críticos que favorecessem a reciprocidade e a relativização de assimetrias e desigualdades nos processos de apropriação e uso dos meios de comunicação na sociedade [...]. (COGO In: PAIVA, 2007, p. 153)

Porém, esta ocorre fora das mídias massivas. É feito da comunidade para a comunidade, o que difere de jornalistas (mediadores sociais) inseridos na comunidade, no que pese o jornalismo comunitário ser praticado a partir de veículos de comunicação de massa, como jornais, rádios, programas televisivos, documentários.

Segundo Silva (2002 apud COSTA FILHO, 2006) há “boa vontade”, por parte da mídia, com relação a projetos sociais, mas, ao mesmo tempo, em vez de encontrar políticas editoriais ancoradas no Jornalismo Público, é mais fácil encontrar retrancas que se referem a Terceiro Setor e voluntariado” (SILVA, 2002 apud COSTA FILHO, 2006, p. 136). Em sua pesquisa, Silva criou uma classificação preliminar de categorias do que ele entende por jornalismo público no Brasil. São elas:

1) Jornalismo Público **de patrocínio**: é fomentado por agências de notícias específicas, como a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), que enviam pautas-clipping e resumos de matérias sobre a temática em questão para as redações. Estas agências são patrocinadas por organismos sociais, como a Unicef e a Unesco;

2) Jornalismo Público **de campanhas**: quando um veículo abraça um tema relativo à cidadania. O tema gera reportagens e é noticiado constantemente identificado por uma logomarca específica da campanha. É o mais próximo do

jornalismo cívico praticado nos Estados Unidos. No Rio Grande do Sul, podemos citar a campanha Todos Pela Educação, do jornal Zero Hora/grupo RBS;

3) Jornalismo Público **institucional**: veículos tradicionais da imprensa brasileira participam de iniciativas de promoção social com publicações especiais que abordam questões de interesse do cidadão. O autor cita publicações em forma de “guias”, como os feitos pelos jornais Folha de S. Paulo (Guia para a solidariedade) e Valor Econômico (Empresas e comunidades). Outra forma é através de projetos sociais, como a campanha “Criança Esperança”. Ainda que não sejam diretamente jornalísticas, elas “resultam em coberturas e repercussões em torno dos assuntos relacionados”;

4) Jornalismo Público **promocional**: matérias de cunho social incentivadas por meio de premiações oferecidas por organizações como a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi). (SILVA, 2002).

É possível identificar estes tipos de ações na imprensa tradicional, mas elas raramente caracterizam jornalismo cívico ou de contato com a comunidade como preconizado por Merritt e Rosen. Estão relacionadas à cidadania e à responsabilidade social, mas lhes falta espaços de diálogo. Estes espaços parecem ser mais frequentes nos jornais comunitários e de bairro.

Fernandes (2008a) acredita que as regiões metropolitanas sejam um excelente cenário para desenvolvimento do jornalismo cívico. Discordamos dele nesse sentido, pois acreditamos que as pequenas cidades sejam o ambiente mais adequado para desenvolvimento desse tipo de jornalismo por diversas razões. Não só por assim ter sido nos Estados Unidos, mas também porque, como observa Dornelles (2004), “nas grandes cidades os interesses são múltiplos, diversos e inúmeros. Nas pequenas, há maior homogeneidade” (DORNELLES, 2004, p. 133).

Dentro dos estudos do jornalismo praticado em cidades do interior, especialmente nas de pequeno e médio porte, Dornelles (2013) verifica diferenças culturais, sociais, políticas e econômicas cruciais para prática jornalística. “Essas diferenças determinam características peculiares à imprensa interiorana e à imprensa cosmopolita, metropolitana”. Dornelles (2013) destaca a predominância de ações individualistas nas grandes cidades e o pouco tempo dedicado a questões sociais pela população economicamente ativa, especialmente pelas dificuldades inerentes às regiões metropolitanas, como os problemas com o trânsito e o

transporte público, dentre outros. “Quando comparadas às pessoas de grandes cidades, observa-se maior preocupação das pessoas do interior com a sua comunidade, maior envolvimento nas questões sociais e educativas e mais tempo para dedicar à busca de soluções”, observa Dornelles (2013).

Assim, o consenso é favorecido. Há também uma maior aproximação entre o jornalista e o público. À semelhança do jornalismo cívico, “os jornalistas do Interior, para se sentirem realmente integrados à comunidade, uma exigência para a sobrevivência do jornal, buscam levantar, com regularidade, as condições peculiares e a evolução de suas comunidades” (DORNELLES, 2004, p. 132). Não apenas observam os acontecimentos, mas participam e tomam decisões em praticamente todas as áreas que movimentam uma comunidade, garante Dornelles (2004, p. 132).

Vieira (2002) também observa as vantagens do jornalista no interior, pois devido à proximidade dos atores com a sociedade local, as demandas são mais visíveis.

[...] é nos jornais do interior que se vê uma maior proximidade entre jornalista e público receptor. Esta proximidade que é, em principio, problema (se pensarmos nas possibilidades de pressão e interferências) é uma das principais potencialidades para ampliar a prática de um jornalismo afastado das gramáticas redacionais e das formas que empobrecem a produção contemporânea. (VIEIRA in HOHLFELDT; BARBOSA, 2002, p. 122-123).

O jornalista do interior se vê como parte da comunidade, e não como observador distante. Esta visão é mais próxima do jornalismo cívico, o que caracteriza uma predisposição à prática desse jornalismo.

Quanto ao nome dado à teoria/ideia/prática do jornalismo cívico, Fernandes (2008a) acredita que o termo mais adequado para o Brasil seja “Jornalismo Público”. Isto porque, segundo o autor, “os termos cívico, nacionalismo e patriotismo estão bastante associados a um período de governo militar federal que o Brasil não quer recordar e nem fazer ressurgir como forma governamental” (FERNANDES, 2008a, p. 161). No nosso entender, a proposta ainda precisa ser estudada. Acreditamos que Jornalismo Público corre o risco de ser confundido com a mídia estatal – como televisões e rádios públicas, portanto, não seria a melhor denominação para o Brasil. No nosso entender, se tivermos que escolher dentre os três nomes, o melhor seria Jornalismo de Contato com a Comunidade.

2.4. TÉCNICAS E POTENCIALIDADES

Sai o foco no conflito, entra o foco no consenso e nas soluções. O jornalismo cívico deve buscar cobrir os silêncios (FERNANDES, 2008a). É frequente que uma história se estenda por vários dias, caracterizando séries de reportagens. No nosso entendimento, jornalismo cívico é dar espaço para questões que preocupam o público e voz aos múltiplos entes da comunidade (e não apenas às fontes oficiais), buscando dar poder de ação aos cidadãos, esclarecê-los (formar e informar) e encontrar soluções consensuais. Experimentos por todo os EUA e fora dele buscaram formas de fazê-lo. Uma prática original é a do *The Spokesman Review*, que eliminou os editoriais e designou dois editores, chamados interativos, para ajudar cidadãos comuns a colocar suas opiniões em formato jornalístico (FERNANDES, 2008a).

Fernandes (2008a) apresenta seis medidas que devem ser tomadas para se criar um projeto de cobertura cívica de eleições: formação de aliança entre meios de comunicação; realização de pesquisas para determinar a agenda cidadã; seleção dos principais temas, causas e possíveis soluções; organização de reuniões públicas e painéis para que ocorra a deliberação cidadã; convocação dos candidatos a cargos eletivos para explicar suas posições e propostas sobre os temas da agenda cidadã com participação do público; dar continuidade a esta cobertura aos painéis públicos.

Com base em apontamentos da jornalista argentina, Sabrina Carrasco, Fernandes (2008a) também cita as ações a serem tomadas nos bairros pobres: pesquisa com moradores, líderes comunitários de bairros; entrevista com o líder do bairro (elo entre o jornal e a comunidade) para determinar as necessidades do bairro; organização de uma reunião inicial entre o líder do bairro e os moradores da região para apresentar o projeto e, logo após, reunião pública em lugar conhecido com os representantes do jornal e as pessoas comuns; incentivo à criação de ONG's e realização de mais debates; cobertura jornalística ampla e em profundidade, e campanhas para promover doações e trabalho voluntário (FERNANDES, 2008a).

O recurso do mapeamento cidadão visa penetrar na comunidade estabelecendo contatos que vão além de fontes oficiais. Estas novas fontes podem gerar ideias para reportagens que busquem soluções para problemas coletivos. Jornalistas cívicos dizem que os jornalistas devem estar em lugares onde as

conversas informais da comunidade acontecem (SHAFFER, 2001). Devem conversar com todas as pessoas e fazer entrevistas com perguntas abertas, sem a preocupação de voltar à redação com uma matéria. Estas entrevistas servem para gerar novas sugestões de pauta. Como é possível observar, estas medidas são muito semelhantes aos procedimentos adotados por jornais de bairro – que também buscam maior contato com a comunidade que cobrem.

Mudanças no projeto gráfico do veículo também são bem-vindas. O *The Virginian-Pilot* é considerado modelo de bom design no jornalismo cívico. O uso de boxes é constante. Em toda matéria os editores se perguntam “What It Means To You?”, ou, o que isto significa/representa para você? O box deve responder a esta pergunta, apresentando o impacto local. Fotos, manchetes e outros elementos gráficos, como listas e mapas, são pensados para engajar o leitor na história. Segundo os editores, estes fortes elementos de design refletem não apenas o desejo do jornal de servir aos leitores, mas também para servir a um objetivo maior de responder às dúvidas dos cidadãos (FORD, 2000).

A designer Amanda Rohrer, do *The Gazette*, que também redesenhou suas páginas, liberou os repórteres da rotina de histórias em forma narrativa. Em matéria da *newsletter* do *Pew Center for Civic Journalism* ele diz que “cada história será apresentada da melhor maneira para aquela história [...] Muitas são destinadas a ser longas narrativas. Muitas são melhor contadas de uma maneira diferente. Talvez seja uma história de 10 polegadas [25,4 centímetros], depois uma caixa, em seguida, uma lista. Precisamos apresentar a informação de forma que faça sentido para aquela informação” (FORD, 2000). Trazer o princípio do design de que a forma acompanha a função (*form follows function*) para dentro das matérias, e não só seu entorno, resulta num *design* público, facilitando que a informação importante para o leitor chegue até ele.

Como no Brasil o jornalismo cívico chegou tarde, temos que considerar ainda a incorporação dos meios multimídia nestas práticas. Jornalistas cívicos perceberam na internet um ótimo espaço para contato com o público. Jay Rosen é hoje um apoiador dos blogs e do jornalismo feito pelos cidadãos. Acreditamos que este meio também possa ser usado para debates e pesquisas que gerem novas reportagens e discussão de soluções.

3 DIFERENÇAS NOS PROCESSOS COMUNICACIONAIS DO JORNALISMO CÍVICO

Em junho de 2013, milhões de brasileiros foram às ruas protestar. O que começou com um objetivo simples – reduzir o preço da passagem de ônibus – acabou por se tornar uma manifestação contra tudo o que o povo percebia de errado no país. Este clamor não foi somente quanto ao rumo da política. Muitos cartazes eram direcionados a veículos de imprensa ou à mídia como um todo. Acusavam-na de parcial, mentirosa, manipulada e pediam por mais democracia na mídia (vide a criação do projeto de lei de iniciativa popular, a Lei da Mídia Democrática¹⁵).

A primeira grande manifestação da geração Y¹⁶ foi convocada por meio de redes sociais, “um sistema de comunicação independente do controle da grande mídia” (LIMA, 2013). Em artigo no Observatório de Imprensa, Venício de Lima (2013) observa que, contraditoriamente, “os manifestantes se consideram ‘sem voz pública’, isto é, sem espaço para expressar e ter a voz ouvida”.

Desnecessário lembrar que a grande mídia ainda exerce, na prática, o controle do acesso ao debate público, vale dizer, das vozes que se expressam e são ouvidas. Além disso, a cultura política que vem sendo construída e consolidada no Brasil, pelo menos desde que a televisão se transformou em “mídia de massa” hegemônica, tem sido de desqualificação permanente da política e dos políticos. E é no contexto dessa cultura política que as novas gerações estão sendo formadas – mesmo não se utilizando diretamente da velha mídia. (LIMA, 2013).

A situação observada pelo jornalista e sociólogo mostra que, de forma generalista, a mídia brasileira, tal qual a mídia americana no período de surgimento do jornalismo cívico, apresenta a política e os políticos de maneira degradante e não fornece o espaço de debate e multiplicidade de vozes necessárias à democracia moderna.

É claro que o jornalismo tradicional não é sinônimo de mau jornalismo, nem os jornalistas cívicos pretendem substituí-lo, mas completá-lo (MERRITT, 1997; TRAQUINA; MESQUITA, 2003). Merritt (1997) observa que “a reportagem, a seleção e análise das notícias são funções importantes; elas simplesmente não são as únicas e mesmo as mais importantes” (MERRITT, 1997, p. 6). Jornais que

¹⁵ O projeto de Lei da Mídia Democrática, criado por iniciativa popular em agosto de 2013, após os protestos que ficaram conhecidos como “as jornadas de junho”, propõe a descentralização da mídia no Brasil dando espaço para a diversidade cultural, existente no país, na mídia – princípios previstos na Constituição Federal de 1988, mas não assegurados na prática. Para ser colocado em pauta, é preciso coletar um milhão de assinaturas.

¹⁶ A Geração Y compreende os nascidos entre meados dos anos 1970 e a meados dos anos 1990.

adotam o jornalismo cívico costumam manter as boas práticas do jornalismo tradicional nos temas que não necessitam de uma abordagem cívica.

Este capítulo pretende esclarecer as diferenças entre o jornalismo tradicional e o jornalismo cívico para além da diferenciação de mau jornalismo versus bom jornalismo ou de imparcial versus engajado, ainda que as falhas no jornalismo tradicional também sejam apontadas. Haas (2007) adverte que os jornalistas cívicos ainda não conseguiram fazer esta diferenciação adequadamente. Assim, este capítulo se apresenta como um esforço teórico de definir o jornalismo cívico como uma prática jornalística facilmente reconhecida como tal. Para fazê-lo, recorreremos principalmente à filosofia pública e à noção de jornalismo cívico apresentadas por Tanni Haas (2007) no livro *The Pursuit of Public Journalism: Theory, Practice and Criticism* e, como contraponto, ao Manual de Redação da *Folha de São Paulo* (2001) e a Nilson Lage (2001), em *Ideologia e Técnica da Notícia*.

3.1. O EMISSOR

Muitas das críticas feitas pelos jornalistas cívicos ao jornalismo e aos veículos de comunicação tradicionais são pertinentes também ao caso brasileiro. As considerações quanto à deslegitimação da política (MERRITT, 1997) e à espetacularização no lugar da mídia como esfera pública moderna cabem tão acertadamente que poderiam ter sido feitas à mídia do país. E de fato ocorreram. Em capítulo do livro *Democratizando o Brasil*, Souza (In: STEPAN, 1988) põe a atuação da imprensa com a constante exposição negativa do sistema democrático como uma das características que “produzem no sentido de resultar em uma avaliação negativa” (SOUZA In: STEPAN, 1988, p. 577).

Parece-nos, contudo, possível dizer – dada sua importância na formação da opinião pública, já que seu poder se amplia num contexto como o atual de tensão e de sucessão vertiginosa de eventos aparentemente contraditórios – que os meios de comunicação têm tido uma participação extremamente acentuada na extensão do processo de *system blame*¹⁷ [...]. (SOUZA In: STEPAN, 1988, p. 586-587).

A postura denunciata e cínica é questionada não só por defensores do jornalismo cívico. Kovach e Rosentiel (2004) apontam isso como um dos motivos da

¹⁷ *System blame*: Segundo Souza (1988), o *system blame* é o processo de "avaliação negativa do sistema democrático", ou, literalmente traduzido, culpa do sistema. O conceito foi apresentado por Eckart Zimmerman em estudo sobre a relação entre crise econômica e crises dos regimes democráticos após a depressão de 1929.

perda de interesse do público pelo jornalismo, e avaliam: “Como pode a imprensa se propor a monitorar os poderosos se não revela, da mesma forma, tanto os sucessos como os fracassos? Críticas intermináveis perdem o significado, e o público fica sem bases para diferenciar o bom do ruim” (KOVACH; ROSENTIEL, 2004, p. 175). A primeira diferença entre jornalismo cívico e tradicional está na postura do jornalista.

As crenças dos veículos em relação ao público são outro fator relevante. Kovach e Rosentiel (2004) evidenciam que não se produz notícias que envolvam o leitor sem que haja tempo, entendimento do assunto que se trata e espaço para o texto. Porém, os veículos impedem que isso seja possível: "Convencidas de que a duração do estado de atenção diminui cada vez mais entre leitores ou espectadores, as empresas jornalísticas exigem matérias cada vez mais curtas, o que dificulta a tarefa do jornalista na hora de contar bem uma história" (KOVACH; ROSENTIEL, 2004, p. 228). Assim, além da mudança de postura, o jornalismo cívico também passa por mudanças nas rotinas de produção.

3.1.1. Papel do jornalista cívico

Como dito anteriormente, o jornalismo cívico se diferencia do tradicional pela postura do jornalista. Enquanto o jornalista idealizado tradicionalmente é um observador “imparcial e objetivo”, que reporta os fatos sem se envolver, o jornalista cívico entende que deve ser um participante justo (*fair-minded participant*) e interessado nos acontecimentos que dizem respeito à comunidade que cobre (MERRITT, 1997; TRAQUINA; MESQUITA, 2003).

Merritt (1997) explica o conceito de participante com base no fato de jornalistas se tornarem participantes simplesmente por serem jornalistas, e que a maneira de fazer jornalismo impacta diretamente a vida pública. O que Merritt chama de *participante justo* é “uma filosofia de trabalho de participação para ajudar a vida pública correr bem” (MERRITT, 1997, p. 96). Essa filosofia não abandona os princípios jornalísticos fundamentais, porém entende-os de maneira diferente.

Adotar esta filosofia não significa abandonar o bom juízo, a equidade, o equilíbrio, a acurácia ou a verdade. Significa, porém, empregar essas virtudes no campo de jogo, não de uma distante área destinada a repórteres; não como um competidor, mas como um participante justo cuja presença é necessária para que os desfechos sejam determinados de forma justa. (MERRITT, 1997, p. 96).

Por conta disso, jornalistas cívicos recebem a crítica de que estão abandonando a imparcialidade e a objetividade; de que ao patrocinar encontros públicos estão a criar eventos usando este jornalismo como mecanismo de marketing (FERNANDES, 2008a); e que estão tentando demonstrar serem úteis, mesmo quando não o são (TRAQUINA; MESQUITA, 2003). À época, o *Washington Post* declarou oficialmente que não cabia à imprensa criar uma agenda e orientar a discussão. A tarefa do jornalista se limitaria à cobertura imparcial dos acontecimentos (FERNANDES, 2008a), o que não concordamos.

Jornalistas cívicos rebatem dizendo que objetividade e imparcialidade são diferentes, sendo que jornalistas cívicos não acreditam neste último. O jornalismo cívico procura capacitar os cidadãos, o que parece inapropriado para alguns jornalistas e veículos (FERNANDES, 2008a).

3.1.2. O Newsmaking no jornalismo cívico

Eksterowicz, Roberts e Clark (2003) apresentam duas falhas da mídia em informar o público sobre a política. A apresentação das notícias de forma personalizada e o excesso de confiança por parte dos jornalistas nas fontes oficiais. Esta segunda, eles dizem se justificar por aspectos econômicos, já que “é muito mais fácil e barato virar-se para as elites decisórias quanto ao conteúdo dos programas de informação do que procurar fontes não-governamentais” (EKSTEROWICZ; ROBERTS; CLARK In: TRAQUINA; MESQUITA, 2003, p. 98).

O jornalismo público difere do modelo dominante do jornalismo por se concentrar nos problemas das pessoas comuns, nas suas preferências quanto aos assuntos, e no fornecimento de informação que é de importância prática para aqueles que estão interessados em envolver-se ativamente no processo político. (EKSTEROWICZ; ROBERTS; CLARK In: TRAQUINA; MESQUITA, 2003, p. 98).

Autores (MCCOMBS et al., 2011) explicam que os jornalistas precisam de boas fontes, pois não costumam presenciar os acontecimentos em primeira mão. De outro aspecto, se limitam a reportar situações e eventos e não costumam reportar sobre questões mais complexas por não ser possível fazê-lo pelo método tradicional de entrevista (MCCOMBS; SHAW; GREY, 1976). Muito antes das experimentações do jornalismo cívico, McCombs, Shaw e Grey (1976, p. ix) já propunham a utilização de métodos da ciência comportamental para tornar possível “explicar as pessoas

para elas mesmas e para seus líderes”, interrompendo a tradição de reportar uma pequena elite para as massas.

Nas falhas identificadas pelos autores está alguns dos fundamentos da mudança em relação à produção jornalística: a mudança de fontes – fontes oficiais dão lugar às pessoas identificadas pelo mapeamento cívico¹⁸ – de complexidade dos temas e de métodos. Assim, buscando fontes mais horizontais é possível apresentar problemas complexos na sua gama de opiniões no lugar de simples dicotomias (MCCOMBS et al., 2011).

Lage (2001) diz que a organização atual da imprensa é industrial. Desta industrialização “decorre o esvaziamento da responsabilidade pessoal de cada jornalista diante do público, em favor da coletivização da responsabilidade, [...] transferida, em última análise, aos editores e chefes e, através deles, à empresa” (LAGE, 2001, p. 37). Para os jornalistas cívicos, a responsabilidade para com o público e a democracia recai sobre si (ROSEN, 1993; MERRITT, 1997). Alguns jornais que praticam jornalismo cívico costumam publicar não apenas o e-mail do repórter no jornal, mas também o telefone (MERRITT, 1997). É uma maneira de tornar os jornalistas mais públicos, no sentido de serem mais acessíveis aos leitores. Para que mudanças tão fundamentais ocorram é inevitável que as rotinas de produção das notícias (newsmaking) e a seleção de notícias (gatekeeping) sejam alteradas.

No jornalismo tradicional os jornalistas consideram como sua função “investigar alegações do governo, fornecer análise e interpretação de problemas complexos, e levar a informação ao público rapidamente” (HAAS, 2007) – papéis investigativo, interpretativo e disseminador. O **Manual de Redação da Folha de São Paulo** (2001) admite que o jornalismo está sujeito a erros e distorções devido à subordinação do mesmo a um regime de prensa que faz parte de sua utilidade pública (MANUAL DE REDAÇÃO: FOLHA DE S. PAULO, 2006). Isto se dá porque o papel disseminador da imprensa tomou à frente, inclusive, da apuração. As características daquilo que Kovach e Rosentiel (2004) chamam de Cultura da Mídia Misturada, das quais a “prensa” é citada como a maior delas, “estão deslocando a clássica função de selecionar um relato veraz confiável dos fatos do dia, criando um novo jornalismo de afirmação, que está esmagando o velho jornalismo de

¹⁸ Abordaremos a mudança na apresentação das notícias na página 37, no item AS MENSAGENS.

verificação” (KOVACH; ROSENTIEL, 2004, p. 75). Outra característica é o maior poder das fontes sobre os jornalistas – também apontado por McCombs (2009; MCCOMBS et al., 2011) Roberts (In: MCCOMBS; SHAW; WEAVER, 1997) e por Bourdieu (1997) quando discorria sobre as fontes habituais da televisão, as quais denomina *fast-thinkers*, que disseminam ideias pré-concebidas.

A fermentação das notícias, o dismantelamento da função de guardião da imprensa, a publicação de reportagens devastadoras embasadas puramente em argumentos baratos e polarizadores, e a busca pela grande matéria (KOVACH; ROSENTIEL, 2004) também são características da Cultura da Mídia Misturada. Wolf (2012), explicando a influência do ambiente no fazer jornalístico, adverte que o grupo de referência dos profissionais da área não é o público, mas os colegas e superiores (WOLF, 2012). Jornalistas escrevem para outros jornalistas e orientam seus valores profissionais para a redação na qual trabalham em detrimento de valores jornalísticos e do público. Esta influência por si só faz com que os fatores que norteiam a produção jornalística sejam diferentes dos do jornalismo cívico.

O Manual da *Folha de São Paulo* diz também ser consenso que educação e saúde são questões que barram o desenvolvimento do país, mas admitem que veículos da imprensa ainda não conseguiram “articular enfoques que coloquem esses temas na ordem do dia” (MANUAL DE REDAÇÃO: FOLHA DE S. PAULO, 2006, p. 18). Estes assuntos são tratados genericamente ou na agenda imediata de eventos. Para cobrir assuntos amplos e de grande interesse público, como esses, o jornalismo cívico propõe a reestruturação das redações “do tradicional sistema de ronda, girando sobre algumas fontes institucionais, para múltiplas equipes de reportagem, focando em temas que preocupam os cidadãos”¹⁹ (HAAS, 2007). As reportagens produzidas devem focar mais em políticas públicas do que em eventos políticos isolados (HAAS, 2007). Evidentemente, para que isso aconteça é necessário mais tempo para os repórteres fazerem o trabalho – algo escasso nas redações (WOLF, 2012) – e maior entendimento dos temas sendo cobertos.

Um dos manuais de práticas de jornalismo cívico, o **Tapping Civic Life** preconiza que os jornalistas não apenas apareçam em novos lugares e conversem com as pessoas, mas se envolvam com as pessoas “para ter uma compreensão profunda de suas vidas, preocupações e como eles se relacionam com a vida da

¹⁹ Tradução da autora.

comunidade”²⁰ (HARWOOD; MCCREHAN, 2000). Esta forma de trabalho de campo – que visa mais do que descobrir novidades, acompanhar acontecimentos e conseguir boas citações – exige que o profissional seja jornalista em tempo integral, mas também que a empresa jornalística conceda tempo para que este trabalho, que precisa respeitar o ritmo da comunidade e não o do jornalismo 24 horas, seja realizado sem distorções. O manual afirma que “na superfície os fatores podem parecer simplórios, mas à medida que o jornalista começa a observá-los em conversas públicas e vê os cidadãos interagindo, a riqueza e a complexidade emergem – bem como as implicações para o jornalismo”²¹ (HARWOOD; MCCREHAN, 2000).

Reportagens sobre temas amplos ou sobre deliberações entre os cidadãos, frequentes no jornalismo cívico, são apontadas como não sendo notícia por jornalistas avessos ao movimento, mas aprovadas pelo público (GUTTMAN, 1997; FRIEDLAND; NICHOLS, 2002; HAAS, 2007). Sendo elas reportagens, não simplesmente notícias, elas não têm a obrigatoriedade de cumprir com critérios de noticiabilidade, mas de auxiliar na compreensão do assunto em questão, como explica Lage:

[...] a notícia distingue-se com certo grau de sutileza da reportagem, que trata de assuntos, não necessariamente de fatos novos; nesta, importam mais as relações que reatualizam os fatos, instaurando dado *conhecimento* do mundo. A reportagem é planejada e obedece a uma linha editorial, um enfoque; a notícia, não”. (LAGE, 2001, p. 51)

Ainda assim, não raro, repórteres em veículos tradicionais ouvem de editores e chefes de reportagem a frase “não é notícia” para histórias que, de uma perspectiva cívica, são sim noticiáveis. Guttman acredita que “se jornalistas vissem os cidadãos como participantes ativos, nós os cobriríamos da mesma forma que cobrimos outros atores do poder – lobistas, parlamentares, relações públicas, pesquisadores de opinião, especialistas, peritos, analistas”²² (GUTTMAN, 1997).

A maneira de produzi-las, descrita acima permite que se cubra visões mais estimulantes e voltadas para a solução de problemas – no lugar de opiniões extremadas e polarizadas – e criar conexões capazes de dar contexto para ação cidadã. Desta perspectiva, podemos conceber que o jornalismo cívico é um método

²⁰ Tradução da autora.

²¹ Tradução da autora.

²² Tradução da autora.

jornalístico que consegue “articular enfoques” (MANUAL DE REDAÇÃO: FOLHA DE S. PAULO, 2006, p. 18) para tornar onipresentes, nas páginas dos jornais, temas como saúde, educação, segurança – algo que a *Folha de São Paulo* diz ainda não ter conseguido. Para fazê-lo, o jornalismo cívico requer uma rotina de produção diferente das rotinas tradicionais nos sentidos temporal e espacial; respeitando o ritmo da comunidade e cobrindo os cidadãos como participantes ativos na vida pública.

3.2. AS MENSAGENS

A busca por dar as notícias antes de todos e pelo furo jornalístico tem outra consequência, para além da imprecisão: uma construção pessimista do mundo que rendem-lhe acusações de superficial, invasiva e pessimista (MANUAL DE REDAÇÃO: FOLHA DE S. PAULO, 2006). Acusações explicadas no manual da Folha:

Em vez de se voltar para o esclarecimento de processos complexos e contraditórios, a imprensa opta [...] por pinçar seus fragmentos mais estridentes, praticando simplificações que só aparentemente refletem uma disposição crítica, na verdade conveniente com as estruturas que finge ignorar. [...] no afã de obter revelações chocantes, a imprensa atropela quaisquer limites, sobrepondo um suposto interesse público, cuja extensão ela mesma estabelece, aos direitos individuais de privacidade reputação. Tangida pela competição à busca do “furo pelo furo”, permeada por uma atmosfera de descrença reinante nas Redações, a imprensa adota uma linha destrutiva – daí o seu alegado pessimismo. (MANUAL DE REDAÇÃO: FOLHA DE S. PAULO, 2006, p. 13-14)

Estas acusações são quanto à uma postura adversária da imprensa, criticada, no contexto americano, por Merritt (1997) e, no contexto brasileiro, por Souza (In: STEPAN, 1988). Lage (2001) diz que “para o bem ou para o mal, nunca se denunciou tanto, nunca foram tão inúteis as denúncias” (LAGE, 2001, p. 47).

Nesse quesito, a abordagem com foco na solução de problemas, proposta pelo jornalismo cívico, seria um antídoto ao mal-estar, pois não se limita a expor os problemas, mas tenta dar ao público algo que ele possa fazer com aquela informação; que ela se torne útil. O sentido de *saber* é ampliado. Passa de “estar informado sobre”, para o “saber fazer”. Esta ideia abstrata é atingida concretamente por jornais praticando jornalismo cívico, através de “informação mobilizadora” (LEMERT apud HAAS, 2007), – como ajudar e/ou participar de instituições

empenhadas naquela questão e outras informações dispostas de forma visual com uso de gráficos proeminentes, histórias de sucesso que sirvam de exemplo, informações sobre a organização de fóruns para debater possíveis soluções e posterior publicação de resultados das deliberações (MERRITT, 1997; HAAS, 2007). Estas práticas são diferentes da proposta do jornalismo tradicional, que prima por relatos objetivos dos acontecimentos na estrutura da pirâmide invertida – para notícias – e, no caso de reportagens, pelo modelo interpretativo e/ou investigativo.

3.2.1. Pautas, notícias, reportagens

Lage (2001) propõe que a notícia pode ser definida como “[...] o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante, e este, de seu aspecto mais importante” (LAGE, 2001, p. 54). Para o autor, a discussão do que vem a ser notícia gira em torno do “que venha ser *importante*, palavra na qual se resumem conceitos abstratos como o de *verdade* ou *interesse humano*” (LAGE, 2001, p. 54). Na filosofia pública, proposta por Haas (2007) e esboçada por Merritt (1997), Rosen (1993; 1994²³) e outros, o que vem a ser importante é aquilo que os cidadãos julgam importante e a solução de problemas da comunidade. Ou, melhor definindo, aquilo que possa ser útil para que os cidadãos atuem na solução dos problemas comuns à comunidade.

Já, para o jornalismo tradicional, importante, empiricamente, é a atualidade, a intensidade, o ineditismo, a proximidade, a identificação e a oportunidade (LAGE, 2001). A oportunidade refere-se a um “*fator gerador de interesse*” (LAGE, 2001, p. 118). Mesmo a reportagem pressupõe uma oportunidade jornalística, um gancho. Na prática, Lage diz que esses fatores “influem segundo a ordem de interesses de classe ou grupo dominante” (LAGE, 2001, p. 94) e, secundariamente, segundo “gostos individuais de pessoas que dispõem momentaneamente de algum poder, ou estratégias fundadas em avaliações prévias [...]” (LAGE, 2001, p. 94). Críticos do jornalismo cívico consideram a agenda dos cidadãos como uma estratégia de marketing focada no interesse do público (HAAS, 2007), porém esta agenda que pauta o que será publicado é baseada naquilo que importa – não apenas ao que interessa – a um público real, e não a generalizações do que interessa a um público imaginado (MERRITT; MCCOMBS, 2007).

²³ Publicado originalmente na revista científica *Critical Studies in Mass Communication*, vol. II, Dezembro, 1994. Tradução de José João da Silva Costa.

O bom jornalismo, defendido por Kovach e Rosentiel (2004), define que,

Jornalismo é contar uma história com uma finalidade. A finalidade é fornecer às pessoas informação que precisam para entender o mundo. O primeiro desafio é encontrar a informação que as pessoas precisam para tocar suas vidas. O segundo desafio é tornar essa informação significativa, relevante e envolvente. (KOVACH; ROSENTIEL, 2004, p. 226)

Nesta definição, a diferença entre jornalismo tradicional e cívico se estreita, porém, o jornalismo idealizado, defendido pelos autores, demonstra aproximações e conhecimento do jornalismo cívico, tanto por citar Carey – um dos defensores do jornalismo cívico – como por mencionar o próprio movimento, na época, em ascensão, por trazer “algumas belas ideias sobre como ligar-se de novo à comunidade usando novas técnicas, entre elas, descobrir o que queriam os eleitores e depois pedir aos candidatos que concentrassem sua atenção nesse objetivo” (KOVACH; ROSENTIEL, 2004, p. 94-95). Estes jornalistas têm desafiado o conceito de independência da profissão por se preocuparem que a independência jornalística tenha virado “uma espécie de autoconfinamento solitário em relação à sociedade em geral” (KOVACH; ROSENTIEL, 2004, p. 155). Os autores também reafirmam que a lealdade do jornalismo é com os cidadãos e consideram que esta forma de jornalismo é uma alternativa, se bem executada,

Defensores do movimento não consideram esse enfoque, quando bem conduzido, como uma rejeição do princípio jornalístico da independência. Os críticos argumentam que tal postura coloca os jornalistas numa posição na qual são vistos como advogados de uma causa porque se identificam com os resultados da luta. No final, essa divisão é uma questão de cuidadosa execução. (KOVACH; ROSENTIEL, 2004, p. 155-156)

A realização do jornalismo cívico passa por muitos outros fatores além do conteúdo das reportagens, porém estas costumam apresentar mais cidadãos comuns, incluindo minorias, como fontes de informação, são orientadas para histórias locais, disponibilizam informações mobilizadoras e focam na solução de problemas (HAAS, 2007). Talvez a dificuldade para diferenciar de jornalismo cívico do bom jornalismo seja porque o autores que discorrem sobre o bom jornalismo costumam fazer referência à reportagem jornalística e ao dever para com o público, enquanto a prática das empresas jornalísticas é centrada primariamente na produção de notícias e não de reportagens. Uma maior produção de reportagens

voltadas para a agenda dos cidadãos pode ser um grande diferencial para o jornalismo cívico.

3.2.2. Enquadramento, linguagem e narrativa

O enquadramento é a seleção de aspectos da realidade e as escolhas que o jornalista faz ao tornar um mais saliente que outros (ENTMAN, 1993 apud MCCOMBS, 2009). Aplicada à agenda, o enquadramento, segundo descrito por Tankard, Hendrickson, Silberman, Bliss e Ghanem (1991, apud MCCOMBS, 2009, p. 137), é “a ideia central que organiza o conteúdo noticioso”. Rosen (1994b, apud MERRITT, 1997) alega que os jornalistas “não possuem uma filosofia coerente que instrua os incontáveis atos de enquadramento que ocorrem todos os dias no jornalismo. O que temos no lugar são certos rituais de enquadramento – a maneira que todo mundo faz...”²⁴ (ROSEN, 1994b apud MERRITT, 1997, p. 125). O enquadramento costuma se dar de forma automática, quase inconsciente. Rosen insiste que é essencial tomar consciência de que o enquadramento é central para aquilo que o jornalismo cívico representa. Assim, o primeiro passo para um enquadramento da perspectiva cívica é pensá-lo antes de começar a redigir as mensagens.

O enquadramento proposto pelo jornalismo cívico vai além do sintoma (problema, conflito) para cobrir o dilema e suas implicações para a comunidade. Este enquadramento evita o espetáculo e a polarização de opiniões, buscando posicionar o leitor não como espectador crítico, mas como parte interessada na solução do dilema (MERRITT, 1997). Propõe ainda que o enquadramento seja feito da perspectiva dos principais interessados (*stakeholders*) na questão, ao invés de se apoiar na opinião de autoridades e especialistas – disponíveis, acostumados a falar com a imprensa e com respostas rápidas que rendem boas citações. Críticos dizem que não há nada de novo nisso. Que é apenas bom jornalismo. Ele questiona por que, então, isto não é feito.

Os estudos do Newsmaking explicam o enquadramento restrito e o porquê de as fontes serem regulares (sempre as mesmas). Segundo Wolf (2012), a rede de fontes dos veículos costumam se adequar às exigências dos procedimentos produtivos – rapidez, eficiência, credibilidade, respeitabilidade – e refletirem a

²⁴ Tradução da autora.

estrutura social e de poder existente. Schlesinger (1978a, apud WOLF, 2012) explica que

a produção é organizada de tal modo que a sua dinâmica fundamental realça o carácter percível das histórias. Se uma notícia se prolonga de um dia para o outro, presume-se que o público, após um dia de exposição a essa notícia, esteja convenientemente familiarizado com o problema de forma a permitir que o background seja dado como certo. São sempre os desenvolvimentos do dia de hoje que ocupam o primeiro plano. O corolário desta questão é que existe uma tendência inerente às notícias que as leva a serem enquadradas de uma forma descontínua e a-histórica e isso implica um estrangulamento do contexto e, por conseguinte, uma redução de significação. (SCHLESINGER, 1978a apud WOLF, 2012, p. 232).

Essa forma descontínua não engaja o público nas histórias, pois esse nem sempre tem conhecimento prévio do contexto e, portanto, não sabe porque aquilo é importante para ele. Lage (2001) também observa que “o saber dos jornais é extremamente superficial, mais extenso. Eles se confessam percíveis; não tratam de fins ou princípios” (LAGE, 2001, p. 154).

Apesar das diversas experiências com diferentes enquadramentos no jornalismo cívico, podemos definir suas diferenças em três fatores: 1) é feito da perspectiva dos principais interessados (*stakeholders*) com as principais fontes, partindo de cidadãos comuns, não apenas buscando citá-los, mas levar o conhecimento tácito dos envolvidos (fontes primárias) para os leitores; 2) contextualiza o entorno do assunto e as implicações para a comunidade, buscando envolver o público na solução do problema; 3) fica longe do conflito, da polarização e da espetacularização, com menos afirmações e verdades absolutas e mais possibilidades de deliberação e resolução.

3.2.3. Objetividade versus honestidade jornalística

Entendendo que o enquadramento existe e que passa pelas escolhas, conscientes ou não, do repórter, o conceito de objetividade jornalística como entendido no jornalismo tradicional perde o sentido. De acordo com Lage (2001), “a imparcialidade e a objetividade são máscaras eventuais que mal ocultam a presença humana, o engajamento e a participação” (LAGE, 2001, p. 153). Pressupõe que é possível retratar a realidade tal como ela é, abandonando conscientemente as interpretações (LAGE, 2001). Nessa concepção mitológica,

a competência profissional passa a medir-se pelo primor da observação exata e minuciosa dos acontecimentos do dia-a-dia. No entanto, ao privilegiar aparência e reordená-las num texto, incluindo algumas suprimindo outras, colocando estas primeiro, aquelas depois, o jornalista deixa inevitavelmente interferir fatores subjetivos. A interferência da subjetividade nas escolhas e nas ordenações será tanto maior quanto mais *objetivo*, ou preso às aparências, o texto pretenda ser. (LAGE, 2001, p. 34-35)

Para ir além da a nova teoria da objetividade, proposta por Rosen (1993), que diz que o jornal/jornalista ganha credibilidade por se importar, acreditamos que o princípio correto para, se não substituir, agregar à objetividade é a *honestidade jornalística*. A jornalista do Global Voices, Leila Nachawati argumenta que a neutralidade beneficia os mais fortes. Para ela, quem escolhe ser neutro em situações de repressão já escolheu um lado (informação verbal)²⁵. O jornalista deve ser honesto e responsável, não neutro.

3.3. O PÚBLICO: DE SEMI-PASSIVO A ATIVO E PARTICIPANTE

Observando as práticas sob a alcunha de jornalismo cívico ou jornalismo público Chaffee e McDevitt (In: GLASSER, 1999) fazem uma diferenciação entre as duas – ainda que não considerem tão relevante a ponto de criar duas correntes diferentes. Porém, da perspectiva do receptor nos parece importante citá-los. Segundo os autores, “o Jornalismo público, está preocupado em reformar a imprensa, fazendo-a uma instituição mais responsável, transparente, e democrática. O Jornalismo cívico está diretamente voltado para a recuperação da vida cívica”²⁶ (CHAFFEE E MCDEVITT In: GLASSER, 1999, p. 177). E completam:

A orientação do jornalismo cívico olha para fora em direção à comunidade, enquanto a perspectiva do jornalismo público olha internamente para profissão. Um quer reformar o público através do jornalismo enquanto o outro reformaria o jornalismo fazendo-o mais público.²⁷ (CHAFFEE E MCDEVITT In: GLASSER, 1999, p. 177-178)

A maneira de conceber o público é apontada por autores (GLASSER, 1999; SHUDSON In: GLASSER, 1999; HAAS, 2007) como um problema central para o desenvolvimento de uma teoria do jornalismo cívico. As tentativas de teorizar o público costumam se encerrar no argumento de que jornalistas devem conceber os

²⁵ Palestra realizada no 25º SET Universitário na PUCRS em set. 2012.

²⁶ Tradução da autora.

²⁷ Tradução da autora.

cidadãos como participantes ativos no lugar de espectadores passivos dos processos democráticos (HAAS, 2007). Haas (2007) afirma que, apesar de muitos teóricos argumentarem sobre a importância dos trabalhos de Habermas e Faser para o jornalismo cívico, esta questão permanecia desprovida de conceituação adequada. Frequentemente, as tentativas de entender o público revolvem entre a perspectiva comunitarista (predominante) e o contraponto liberalista. Às diferenças, apresentadas anteriormente, entre comunidade e sociedade e entre universalismo e comunitarismo, acrescenta-se agora a discussão chave entre comunitarismo e liberalismo – a qual culmina no entendimento do público deliberativo (como noção de público) e da esfera pública (como noção de meio).

3.3.1. O público deliberativo e a esfera pública

As primeiras tentativas de concepção do público geraram um debate quanto a qual perspectiva o jornalismo cívico deveria adotar no entendimento deste público: a perspectiva comunitarista ou liberalista. Alguns autores situam o jornalismo cívico na perspectiva comunitária, enquanto outros, apesar de considerarem nobres as ideias trazidas pelo jornalismo cívico, não gostam desta aproximação (SHUDSON In: GLASSER, 1999; HAAS, 2007). As raízes desta discussão teórica são muito mais profundas do que uma mera conceptualização. O jornalismo tradicional, livre e industrial produzido pelo modelo americano (e importado pelo Brasil) se desenvolveu dentro de uma perspectiva liberalista, e apoiado na primeira emenda da constituição americana²⁸. Glasser (1999) alega que o jornalismo cívico adota uma perspectiva Meiklejohniana²⁹ de liberdade de expressão, que entende que a expressão pública merece proteção constitucional não porque representa um avanço aos interesses dos indivíduos, mas porque permite aos cidadãos compreender as questões que incidem sobre a vida cotidiana. Prioriza o direito da comunidade de saber, no lugar do direito do indivíduo de ser ouvido, colocando comunidade acima do indivíduo. Glasser identifica uma inversão na ordem de prioridade nessa concepção da primeira emenda, que coloca o cultivo da cidadania acima da liberdade individual –

²⁸ O texto da primeira emenda dos Estados Unidos diz o seguinte: “O congresso não deve fazer leis a respeito de se estabelecer uma religião, ou proibir o seu livre exercício; ou diminuir a liberdade de expressão, ou da imprensa; ou sobre o direito das pessoas de se reunirem pacificamente, e de fazerem pedidos ao governo para que sejam feitas reparações por ofensas”.

²⁹ Refere-se à visão do filósofo Alexander Meiklejohn quanto a da primeira emenda americana.

uma teoria, ele entende, mais próxima do ideal deliberativo da esfera pública, distinguindo-se do ideal de livre mercado.

Enquanto na perspectiva que prioriza o indivíduo a responsabilidade da imprensa é informar o público, na perspectiva que prioriza a comunidade a responsabilidade é de gerir a deliberação pública (GLASSER, 1999). Afasta-se, portanto, da perspectiva liberal, numa aproximação à perspectiva comunitária. O comunitarismo carrega uma aura demonizada da perspectiva do liberalismo, adotada pelo jornalismo tradicional (LAGE, 2001). Esta ideologia

coloca no indivíduo (professora, artista, cientista político) a quintessência do bom racionalismo da criatividade, atribuindo às coletividades a racionalidade má, o rotineirismo. Por não poder pensar o coletivo mais do que como soma de individuais – o que ele é fisicamente, mas que não o define ontologicamente – os liberais terão perante a produção de coletividades organizadas atitude de exclusão, desprezo, condescendência ou pânico. (LAGE, 2001, p. 50)

Isto explica a marginalização de grupos e minorias em defesa das elites decisórias. Ainda assim, para entendermos melhor esta questão se faz necessário entender ambas as perspectivas e onde elas se mostram insuficientes.

O **comunitarismo** entende que o público representa uma unidade de cidadãos que compartilham uma visão abrangente do *bem comum*, enquanto o **liberalismo** entende que o público representa um conjunto de cidadãos que compartilham pouco para além de uma associação comum em uma determinada nação, cidade ou vizinhança (HAAS, 2007). Enquanto o primeiro critica o aspecto individualista do liberalismo e propõe recuperar o conceito de vida solidária, o segundo defende a liberdade individual e elos meramente contratuais, que garantam a prevalência do indivíduo sobre a comunidade (MESQUITA In: TRAQUINA; MESQUITA, 2003). Para Haas (2007) a visão comunitarista subestima a existência de visões conflituosas do bem comum, postulando uma visão muito rígida do público, que acaba por impossibilitar a negociação. Já a visão liberal não possui um senso compartilhado de solidariedade – base necessária para a participação dos cidadãos na deliberação conjunta visando solucionar problemas. Algo semelhante é entendido por Shudson (In: GLASSER, 1999), que afirma que liberais, como ele, não possuem soluções sobre como unir as pessoas, enquanto comunitaristas não dão respostas quanto ao que fazer quando valores da comunidade colidem ou o quanto podem ser tolerados pelo público. Ele exemplifica com casos onde a

segregação é tradicional por gerações (algo que a filosofia apresentada por Haas, adiante, soluciona).

Shudson (In: GLASSER, 1999) entende que a visão comunitarista é baseada na pressuposição de que: vizinhança é comunidade; de que o governo é algo desconectado da vida da comunidade; de que comunidade e vida pública são ideais consonantes e contínuos, sem a existência de conflitos (SHUDSON In: GLASSER, 1999). O autor discorda nas três afirmativas, e coloca que: proximidade não define comunidade, mas dependem de organizações que dão suporte à associação; governo e comunidade são complementares; comunidade e vida pública são diferentes, no sentido que enquanto na comunidade as pessoas partilham de valores substanciais e relações de amor, amizade e confiança, na vida pública o objetivo é “estender através das comunidades que governam pela confiança e pelo sentimento para resolver problemas entre pessoas com alguns poucos valores compartilhados, pouca confiança, e um sentimento de ansiedade e inimizade” (SHUDSON In: GLASSER, 1999, p. 131). Ele conclui alegando que comunidades não são públicas e que jornalismo cívico poderia contribuir para vida pública, mas não para formação de comunidade. Para ele, o objetivo do jornalismo cívico não é o *bem comum* mas o *bem público*.

Haas (2007), entretanto, defende que nem o comunitarismo, nem o liberalismo abrange as necessidades de uma filosofia pública. Ela busca uma concepção adequada do público na **noção procedimental-discursiva do “público deliberativo”** de Habermas (1989 apud HAAS, 2007) e na esfera pública nas perspectivas de Habermas e Fraser – com ênfase neste último. Para Habermas (1989 apud HAAS, 2007), nem os cidadãos compartilham uma visão abrangente do bem comum (visão comunitária) nem compartilham uma mera “associação comum”. Os “cidadãos compartilham um comprometimento de engajarem-se na ‘deliberação comum’”³⁰ (HAAS, 2007). Assumindo esta visão, “jornalistas devem ajudar a criar e sustentar uma esfera pública aberta, irrestrita a qual todos os cidadãos tenham acesso e na qual todos os assuntos de preocupação dos cidadãos e todas as opiniões disponíveis possam ser articuladas, deliberadas e criticadas”³¹ (HAAS, 2007). Haas defende que jornalistas devem envolver os cidadãos não apenas na formação da agenda, mas em uma forma de discurso público que articula o diálogo

³⁰ Tradução da autora.

³¹ Tradução da autora.

interpessoal com a deliberação mediada (HAAS, 2007) – naquilo que acreditamos abrir caminho para uma nova forma não só de entender o público, mas de teorizá-lo e, até mesmo, de estudá-lo.

Para Haas (2007), a esfera pública, entendida como um sistema de comunicação entre o Estado e a sociedade civil, não é, como teorizada por Habermas (1989 apud HAAS, 2007), única e unificada, baseada na abstração de desigualdades sociais – pré-requisito, no entendimento de Habermas, para a deliberação pública. Ela recorre à revisão de Fraser (1990 apud HAAS, 2007) sobre a teoria de Habermas, que argumenta que esta abstração privilegia os interesses de grupos dominantes por universalizar os interesses. Para a autora, para permitir que a deliberação reflita a diversidade de visões, deve ser dada visibilidade às desigualdades sociais – não abstraí-las – articulando-as e tematizando-as para que as particularidades dos grupos também sejam consideradas quando tratados temas públicos (FRASER, 1990 apud HAAS, 2007), e mesmo, fazer destes o assunto em questão da deliberação pública (HAAS, 2007). A esfera pública defendida por Fraser é composta de “múltiplos domínios discursivos organizados em torno de bases de afinidades e interesses” (HAAS, 2007). Fraser não defende o isolamento, mas uma dialética entre os dois modelos. Esta visão rompe como a perspectiva puramente comunitária, no sentido em que acaba com a visão de uma comunidade unificada, compartilhando dos mesmos valores e interesses, para entender que, mesmo as pequenas comunidades são fragmentadas em múltiplos grupos sociais (HAAS, 2007).

Com a noção procedimentalista em mente, Haas (2007) responde ao questionamento de Shudson (In: GLASSER, 1999) quando a valores em colisão (ele pergunta se a segregação pode ser tolerada se ela é tradicional por gerações). Segundo ela, esta visão implica que os cidadãos tenham oportunidades iguais de participação na deliberação pública, e jornalistas devem expor e rejeitar posturas que excluam e/ou discriminem pessoas ou grupos, inibindo a participação do público como um todo (HAAS, 2007). Ahva (2011) também coloca no jornalista a responsabilidade de reconhecer os múltiplos públicos, promover a diversidade e interconectá-los; e identificar pontos de conflito, bem como, de consenso que possibilitem encontrar soluções. Ambas acreditam que deve ser dada oportunidade para os múltiplos públicos debaterem isoladamente e articularem suas visões adequadamente, para então, posteriormente, serem ouvidos na forma de um

público deliberativo como um todo – como na visão de Fraser (1990 apud HAAS, 2007) sobre a esfera pública. Para Haas, a noção do **público deliberativo** é uma concepção de público real, genuíno, sem se apoiar em uma abordagem comunitarista, com todas as suas falhas apontadas anteriormente (HAAS, 2007).

3.3.2. Efeito ou Recepção?

As discussões do jornalismo cívico acerca do público raramente apresentam noções claras como a noção do **público deliberativo**, defendida por Haas (2007) com base em Habermas (1989 apud HAAS, 2007) e Fraser (1990 apud HAAS, 2007). A dificuldade de estabelecer uma concepção de público para uma teoria do jornalismo cívico, nos parece, tem explicação na dubiedade da perspectiva que esta corrente jornalística tem do público. Os jornalistas e teóricos do jornalismo cívico (MERRITT, 1997; GLASSER, 1999) falam em efeitos na vida pública, mas defendem um público participante e ativo – só considerado nos estudos culturais ou de recepção³² (GOMES, 2004) e, em alguma medida, na teoria dos usos e gratificações. Também, possuem bases em Habermas, integrante da Escola de Frankfurt da teoria crítica – que Gomes (2004) considera parte da corrente dos estudos dos efeitos. Sendo o público um problema central para o jornalismo cívico, acreditamos ser interessante entender de que perspectiva este jornalismo olha para o público.

Em pesquisas de audiência existem duas correntes principais: a do estudo dos efeitos e a dos estudos de recepção – entendidas até aqui como visões conflitantes (GOMES, 2004). Entendemos que, para compreender os processos comunicativos do jornalismo cívico, é necessário estudar tanto a forma como os cidadãos se relacionam e se apropriam da mídia, quanto que efeitos esta forma de jornalismo poderá ter na vida pública. Nos questionamos se o estudo do jornalismo cívico, em certa medida, une essas duas correntes. Revisamos, aqui, o público desde o fundamento criador do jornalismo cívico até o conceito de público deliberativo.

A bibliografia existente afirma que postura adversária da mídia e a caça aos políticos teve efeitos na vida pública, entre eles, um crescente cinismo e desconfiança do público em relação aos jornalistas e agentes políticos, levando à

³² Gomes (2004) considera os Estudos Culturais e as Análises de Recepção partes da mesma linha teórica.

apatia e afastamento da vida pública (MERRITT, 1997). A constante exposição de escândalos públicos teria causado a diminuição do otimismo americano em relação às instituições, tanto públicas como privadas (EKSTEROWICZ; ROBERTS e CLARK In: TRAQUINA; MESQUITA, 2003). Merritt (1997) diz que o que os jornalistas fazem tem efeito na vida pública. Neste sentido, percebemos uma perspectiva funcionalista (parte dos estudos dos efeitos), mais precisamente, da disfunção narcotizante: um efeito indesejável da sobrecarga de informações, que canaliza as energias do público para um conhecimento passivo, no lugar de uma participação ativa, causando apatia política (GOMES, 2004).

A teoria funcionalista entende os meios como “um conjunto de *sistemas sociais* que funcionam dentro de um sistema externo específico – o conjunto das condições sociais e culturais próprias de cada sociedade – e, ao mesmo tempo, como um dos principais fatores de integração das sociedades” (GOMES, 2004, p. 54). O termo função é emprestado da biologia indicando a forma como os processos sociais se desenvolvem, garantindo o equilíbrio e a continuidade dos sistemas sociais. Ainda que a noção de disfunção narcotizante explique adequadamente o fenômeno que preocupava os primeiros jornalistas cívicos, a teoria funcionalista não prevê um público ativo, ou mesmo, uma inter-relação entre as partes envolvidas na comunicação.

Se por um lado, o jornalismo cívico, assim como a teoria funcionalista, faz uma abordagem global da comunicação pela sua função na sociedade, seu estudo não pode se dar dentro desta perspectiva. O jornalismo cívico constata uma disfunção causada pela mídia, esta sim, involuntária. Porém, enquanto as funções na teoria funcionalista são analisadas como consequências da presença normal da mídia na sociedade (WOLF, 2012), o jornalismo cívico analisa sua influência na vida pública inserido em um contexto da comunicação particular. A teoria funcionalista nega contextos particulares.

Chaffee e McDevitt (In: GLASSER, 1999) utilizam o termo efeitos disfuncionais, assim como a teoria funcionalista. Também consideram as disparidades entre os cidadãos de diferentes estratos da sociedade, assim como fazem os estudos culturais de recepção. Afirmam, também, que o jornalismo cívico tem entre seus objetivos, reduzir as lacunas informacionais (*information gaps* ou *knowlege-gap*) entre os estratos socioeconômicos; originalmente, o modelo do *knowlege-gap*, que Gomes (2004) enquadra nos efeitos cognitivos sobre a formação

de conhecimentos partilhados, diz que a mídia acentua e reproduz estas desigualdades. Apesar de se utilizar de conceitos de Habermas, inseridos na teoria crítica, ao contrário desta teoria, que criticava as estratégias midiáticas de manipulação, o jornalismo cívico busca alcançar determinados objetivos – algo que era feito pelas pesquisas administrativas (GOMES, 2004; WOLF, 2012), que buscam efeitos. A diferença é que o jornalismo cívico apresenta estes objetivos de forma transparente e honesta. Não com uma postura mercadológica, mas sim com o ideal de melhorar a participação na vida pública (CAREY In: GLASSER, 1999). Carey (1999) entende que o jornalismo cívico representa uma tentativa de jornalistas de “serem honestos sobre o seu papel na vida contemporânea, de participar da conversação da cultura para alinhar a ideologia dos jornalistas com o papel que realmente exercem entre os cidadãos” (CAREY In: GLASSER, 1999, p. 51).

A dependência do sistema de mídia é uma teoria ecológica que encarar a sociedade como uma estrutura orgânica. Analisa as interligações dos componentes da estrutura social, tentando explicar o comportamento das partes em relação. A teoria trata de um relacionamento de interdependência entre os sistemas social, político, econômico, cultural e midiático (GOMES, 2004). Há uma aproximação entre essa teoria e o jornalismo cívico, no sentido em que este último se apropria de concepções ecológicas Darwinianas de relação simbiótica entre as espécies (ou sistemas) – no caso, entre mídia, política e público (CAREY In: GLASSER, 1999). Porém, esta é uma perspectiva estrutural, que olha de fora para enxergar um ambiente macro. É útil apenas para entender o contexto no qual ocorrem as relações teorizadas e praticadas pelo jornalismo cívico.

Ainda que os autores falem em efeitos, e ainda que consideremos a apropriação que o jornalismo cívico faz do agendamento – incluído nos estudos dos efeitos sociais da mídia –, o entendimento de um público ativo só será possível no âmbito dos estudos de recepção. Isto, porque é a partir deles que se rompe com a concepção de um público passivo, mas também, com a ideia de efeitos diretos (GOMES, 2004). Os meios passam a ser concebidos como “forças sociais e políticas amplas e difusas, cuja influência é quase sempre indireta, sutil e mesmo imperceptível” (HALL, 1984 apud GOMES, 2004, p. 105). Williams (1961, 1969, 1979, 1997 apud GOMES, 2004) é responsável pela elaboração das premissas que guiam os estudos de recepção: os processos comunicativos são parte de um processo cultural mais amplo; a cultura deve ser compreendida com referência nas

práticas sociais; a comunicação é compreendida não a partir da noção de *meio*, mas da noção de *prática*; práticas sociais são discursos; uma sociologia da cultura não deve fazer distinção entre uma sociologia dos meios e uma sociologia dos públicos, adotando como princípio a “**unidade complexa dos elementos**”; os indivíduos pertencem às classes populares (evita pensar os receptores como massa).

As premissas trazem algumas contribuições para pensar o público, ainda que ideias como a identificação do público nas classes populares seja muito limitado – no que acreditamos que um entendimento mais amplo, como o de Fraser (1990 apud HAAS, 2007), que propõe reconhecer os múltiplos públicos, não cause uma massificação deste público. Mais significativamente, a substituição da noção de *meio* pela noção de *prática* amplia o entendimento da comunicação (como veremos a seguir), e o princípio da “**unidade complexa dos elementos**” poderia substituir o modelo matemático (emissor>canal>receptor), invariavelmente usado para teorizar e compreender os processos comunicativos – ainda que para re-significá-lo.

Em suas pesquisas acerca do jornalismo cívico, Chaffee e McDevitt (In: GLASSER, 1999) se utilizam de métodos quantitativos de mensuração estatística, bem como, de técnicas qualitativas de observação participante. A união destes métodos sugere uma união de categorias de análise, pois a primeira é própria dos estudos dos efeitos, enquanto a segunda, própria dos estudos de recepção. Segundo os autores, o alcance dos objetivos do jornalismo cívico podem ser analisados em seis níveis: **individual**, quanto ao ganho de conhecimento ou mudança de atitudes; discussão política em **grupos primários** (âmbito do trabalho, escolas, famílias); **organizações civis**; na **comunidade**, quanto à opinião pública ou a criação de capital social; nas **organizações midiáticas**, quanto a agenda, a adoção do jornalismo cívico no newsmaking, objetivos e autocrítica; e nas **políticas públicas** (CHAFFEE; MCDEVITT In: GLASSER, 1999). Os autores entendem que o jornalismo cívico precisa ser avaliado tanto da perspectiva interna quanto de uma perspectiva externa. De um lado, avaliando as organizações midiáticas e as audiências e, de outro, avaliando abstrações como “democracia” e a “esfera pública”. Não querem entender como a informação fornecida é usada pelo público, mas avaliar a influência das notícias na facilitação da participação pública.

Não se trata de no retorno aos estudos dos efeitos de uma mídia de massa, unidirecional, que relega o público a um papel passivo nesta relação. Os efeitos são entendidos como algo que ocorre nos processos sociais, ou na comunidade, a partir

da participação dos cidadãos na esfera pública. O jornalismo cívico entende a imprensa como uma contribuidora indireta nos processos públicos. As mensagens (notícias), nessa abordagem são conceptualizadas como um recurso para comunicação interpessoal, entre outros aspectos de uma cidadania ativa (CHAFFEE; MCDEVITT In: GLASSER, 1999). No entendimento dos autores, a democracia deliberativa requer que os cidadãos façam algo com a informação fornecida pela mídia – visão que aproxima o jornalismo cívico da teoria dos usos e gratificações, inserida na perspectiva funcionalista, porém o uso da informação dos meios é uma pequena parte numa teoria que propõe melhorar a vida cívica. Assim, compreendemos as pesquisas acerca do jornalismo cívico como uma teoria que investiga a influência intencional, consciente e honesta da mídia, não diretamente na audiência, mas indiretamente, nos processos sociais nos quais estão inseridos o público, a mídia e a política. A forma como o jornalismo cívico atua tem influência sobre a unidade complexa dos elementos.

3.4. O MEIO: ESPAÇO DE DIÁLOGO

Lage (2001) afirma que a grande imprensa brasileira é de elite. O autor relata as transformações que passaram a ocorrer após 1945, sob influência norte-americana, tanto na sociedade brasileira quanto na imprensa na forma de reformas gráficas e editoriais, as quais se acentuaram a partir de 1964, “quando a repressão do conteúdo estimulou a busca de apresentação atraente, moderna” (LAGE, 2001, p. 45). O autor interpreta que foi neste momento que ficou visível no Brasil “a distinção de classes de uma sociedade industrial antes mais ou menos ocultada pela presença populista: os jornais já não eram feitos para todos, mas para camadas do público” (LAGE, 2001, p. 45-46). Daí em diante, se dá uma dicotomia entre a eficiência gráfica e a deficiência editorial. Nas palavras do autor, “[...] embora às vezes graficamente primorosos, os grandes jornais brasileiros seriam bastante deficientes do ponto de vista editorial, distantes do leitor, preocupados demais em servir à complexa ordem do poder” (LAGE, 2001, p. 40).

O meio o qual abordamos aqui não se refere meramente ao suporte pelo qual o conteúdo é veiculado, nem aos conteúdos (tratados anteriormente). O meio ao qual nos referimos é este espaço real e simbólico de relação entre o emissor e o receptor – melhor entendido como co-emissor –, ou entre os jornalistas e o público,

entre os cidadãos que formam este público e entre veículos públicos. Passa, como aponta Lage (2001), pela postura editorial do veículo e vai até o valor daquilo que este produz. O meio, numa filosofia pública, não pode se restringir a difundir informação, numa perspectiva midiocêntrica, mas deve trabalhar para melhorar a vida pública em termos mais inclusivos (HAAS, 2007). Na elaboração feita por Haas (2007), percebemos que o meio pode desempenhar um papel central para aumentar o capital social da comunidade que cobre.

Por capital social entendemos “o conjunto de recursos atuais e potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento” (BOURDIEU, 1980 apud MATOS, 2009, p. 35). O capital social é componente da ação coletiva. No entendimento de Coleman (1988 apud MATOS, 2009), se trata de um bem público, o qual “não se situa nem nos indivíduos nem nos meios de produção, mas nas redes sociais [...] que garantem a confiança nas estruturas sociais e permitem a geração de solidariedade” (COLEMAN, 1990 apud MATOS, 2009, p. 36). O capital social é relacional e seu processo de construção é comunicativo (MATOS, 2009).

Em nosso entendimento, o capital social construído por iniciativas de jornalismo cívico é de natureza sinérgica – que une os âmbitos das redes e institucional. O primeiro refere-se às relações intracomunitárias e intercomunitárias e o segundo às instituições formais existentes na comunidade, entre elas, o Estado (MATOS, 2009). Por esta abordagem “a capacidade de mobilização dos grupos sociais depende da transparência e da responsabilidade dessas instituições perante a sociedade civil” (MATOS, 2009, p. 41), porém nem as instituições, nem a sociedade civil possuem isoladamente os recursos necessários ao desenvolvimento sustentável – daí a necessidade de complementarem-se mutuamente. Podemos concluir que as iniciativas de jornalismo cívico buscam transformar o meio em uma rede sinérgica que vem a facilitar a cooperação, a confiança o consenso e a ação coletiva. Estas iniciativas constroem capital social que, em última instância, pode contribuir com o desenvolvimento social.

Existem duas maneiras de fazer do meio um espaço de construção de capital social: uma através das páginas do jornal e outra através do que Haas (2007) chama de Modelo de Conferência Consensual ou o painel dos cidadãos. O Modelo de Conferência Consensual se dá em três momentos: dois encontros participatórios, onde um grupo de dez a 16 indivíduos, escolhidos pelos organizadores da

conferência, examinam um problema e formulam uma série de questões sobre o tema que, na segunda parte são levadas a experts no assunto e, a partir das respostas e deliberação, chega-se a recomendações de como o problema pode ser resolvido – apresentadas na conferência final (terceiro momento) aos demais cidadãos e ao poder público para apreciação detalhada (HAAS, 2007).

O papel do meio tradicional (jornal, rádio ou TV) é dar visibilidade a estas deliberações, colocar os problemas que preocupam os cidadãos na agenda, fomentar debates e propor soluções, dar espaço para a multiplicidade de opiniões e ideias e ao conhecimento tácito dos cidadãos tornando o veículo também um espaço de diálogo. Estas formas devem ocorrer concomitantemente (HAAS, 2007) pois, como conclui Matos (2009), “a formação da opinião pública depende intrinsecamente das relações comunicativas estabelecidas em esferas públicas que proporcionem o entrecruzamento dos fluxos comunicativos da vida cotidiana com os fluxos de comunicação mediada” (MATOS, 2009, p. 80-81). Assim, esta postura do jornal cívico permite, a partir das interações entre pessoas dentro de um grupo e entre grupos que estabeleçam uma conversação cívica, e com apoio dos conteúdos da comunicação apresentados pelo veículo que “permitem aproximação e entrelaçamento de diferentes pontos de vista” (MATOS, 2009, p. 80), gerar capital social que estabeleça pontes entre os diferentes, e não meramente reforce identidades internas (PUTNAN, 1993 apud MATOS, 2009).

3.5. A UNIDADE COMPLEXA DOS ELEMENTOS

Utilizamos, neste capítulo, elementos do modelo matemático da comunicação para compreender as diferenças entre os jornalismo tradicional e cívico em todos os aspectos que envolvem a comunicação por entendermos que a divisão favoreceria o entendimento. Porém, se adotássemos a perspectiva dos estudos culturais de recepção e um entendimento global da comunicação, seria necessário abandonar o modelo matemático em favor do princípio da “**unidade complexa dos elementos**”, de Williams (apud GOMES, 2004). Acreditamos que apresentar as diferenças como um todo confundiria mais do que esclareceria, justamente, por se tratar de tema complexo. Também, por os estudos culturais de recepção não se ocuparem das rotinas produtivas, no que o Newsmaking nos forneceu as bases para

quanto a esta questão tão importante para compreender como o jornalismo cívico se diferencia como prática e teoria jornalística.

Tabela 1 – Resumo das diferenças entre os jornalismo cívico e tradicional

	Jornalismo Cívico	Jornalismo Tradicional
EMISSOR		
Postura do jornalista	Participante justo (fair-minded participant) e interessado nos acontecimentos que dizem respeito à comunidade que cobre. Responsabilidade sobre si. Credibilidade por se importar.	Observador imparcial e objetivo, que reporta os fatos sem se envolver. Responsabilidade sobre o veículo. Credibilidade vem da imparcialidade.
PRODUÇÃO JORNALÍSTICA		
Seleção das notícias	Reportar sobre questões mais complexas. Concentra nos problemas das pessoas comuns. Foca na cobertura de políticas públicas.	Reportar situações e eventos. Concentra numa pequena elite. Foca na cobertura de eventos políticos isolados.
Rotinas	Reportar os cidadãos como participantes ativos na vida pública, fornecendo informação de importância prática. Fontes cidadãs. Múltiplas equipas de reportagem, focando em temas que preocupam os cidadãos. Tempo para estas equipas.	Reportar uma pequena elite (atores do poder) para as massas. Excesso de confiança nas fontes oficiais. Sistema de ronda, girando sobre algumas fontes institucionais. Escassez de tempo.
Funções	Promover a participação na vida pública. Reportar sobre temas amplos ou sobre deliberações entre os cidadãos. Responsabilidade de gerir a deliberação pública.	“investigar alegações do governo, fornecer análise e interpretação de problemas complexos, e levar a informação ao público rapidamente” (papeis investigativo, interpretativo e disseminador) Responsabilidade de informar o público.
Influência	Comunidade, público.	Outros jornalistas.
MENSAGENS		
Proposta	Identifica os problemas e busca soluções. Apresentação de “informação mobilizadora”.	Denuncia ou expõe os problemas. Apresentação das notícias de forma personalizada.

Características	<p>Costumam apresentar mais cidadãos comuns, incluindo minorias, como fontes de informação, são orientadas para histórias locais, disponibilizam informações mobilizadoras e focam na solução de problemas. Maior produção de reportagens voltadas para a agenda dos cidadãos. Apresentam informações sobre como ajudar e/ou participar de instituições empenhadas naquela questão e outras informações dispostas de forma visual com uso de gráficos proeminentes; histórias de sucesso que sirvam de exemplo; informações sobre a organização de fóruns para debater possíveis soluções e posterior publicação de resultados das deliberações.</p>	<p>Apresentam mais fontes oficiais e especialistas. Pessoas comuns aparecem como cases. Relatos objetivos dos acontecimentos na estrutura da pirâmide invertida – para notícias – e, no caso de reportagens, pelo modelo interpretativo e/ou investigativo.</p>
Enquadramento	<p>Deve ser pensado antes de começar a redigir as mensagens. Busca posicionar o leitor não como espectador crítico, mas como parte interessada na solução do dilema.</p> <p>1) é feito da perspectiva dos principais interessados (stakeholders) com as principais fontes, partindo de cidadãos comuns, não apenas buscando citá-los, mas levar o conhecimento tácito dos envolvidos (fontes primárias) para os leitores; 2) contextualiza o entorno do assunto e as implicações para a comunidade, buscando envolver o público na solução do problema; 3) fica longe do conflito, da polarização e da espetacularização, com menos afirmações e verdades absolutas e mais possibilidades de deliberação e resolução.</p>	<p>Não possuem uma filosofia coerente que instrua os incontáveis atos de enquadramento que ocorrem todos os dias no jornalismo. Se dá de forma automática, quase inconsciente. Se apoia na opinião de autoridades e especialistas.</p>
PÚBLICO		
Perspectiva	Perspectiva mista	Perspectiva liberalista
Conceito de público	Público deliberativo – Os “cidadãos compartilham um o comprometimento de engajarem-se na ‘deliberação comum’”.	Ora vê o público como massa, ora vê um público fragmentado. Na prática, o público é o consumidor.

Grau de participação	Jornalistas devem envolver os cidadãos não apenas na formação da agenda, mas em uma forma de discurso público que articula o diálogo interpessoal com a deliberação mediada.	Apenas mediada.
Forma de participação	Dar oportunidade para os múltiplos públicos debaterem isoladamente e articularem suas visões adequadamente, para então, posteriormente, serem ouvidos na forma de um público deliberativo como um todo.	Restrita a cartas, comentários e enquetes.
Efeito ou Recepção	Os efeitos são entendidos como algo que ocorre nos processos sociais, ou na comunidade, a partir da participação dos cidadãos na esfera pública.	Não leva em consideração os processos sociais.
MEIO		
Responsabilidade	Não pode se restringir a difundir informação, mas deve trabalhar para melhorar a vida pública em termos mais inclusivos. Buscam transformar o meio em uma rede sinérgica que vem a facilitar a cooperação, a confiança o consenso e a ação coletiva.	Difundir informação.
Postura do veículo	Devem ser honestos sobre o seu papel na vida contemporânea, de participar da conversação da cultura para alinhar a ideologia dos jornalistas com o papel que realmente exercem entre os cidadãos. O jornalismo cívico entende a imprensa como uma contribuidora indireta nos processos públicos.	Neutra.
Função	O papel do meio tradicional (jornal, rádio ou TV) é dar visibilidade às deliberações, colocar os problemas que preocupam os cidadãos na agenda, fomentar debates e propor soluções, dar espaço para a multiplicidade de opiniões e ideias e ao conhecimento tácito dos cidadãos tornando o veículo também um espaço de diálogo.	Levar informação para camadas do público – múltiplos públicos.

Fonte: A autora (2013).

4 COMO UM JORNAL DO INTERIOR PODE ADOTAR O JORNALISMO CÍVICO

Defendemos que jornais do interior têm maiores condições de adotar o jornalismo cívico na estrutura diária de reportagem. A periodicidade é o principal fator que viabiliza este tipo de jornalismo, que exige mais tempo para ser realizado. A maior parte dos jornais interioranos é semanal ou bissetimanal (DORNELLES, 2004). Até aqui, revisamos a bibliografia disponível em português e parte da disponível em inglês, comparando com os preceitos do jornalismo tradicional para contemplar nosso primeiro objetivo, que era de fazer a diferenciação do jornalismo cívico como uma prática jornalística estabelecida, com uma filosofia, técnicas e práticas definidas.

Neste capítulo analisaremos o conteúdo de cinco edições do Jornal *Folha Nativa*, correspondentes aos meses de julho e agosto, buscando quantificar a parcela que se referia à cidade de Iraí. Seleccionamos as edições dos meses de junho e agosto, excluindo setembro, por se tratar de um mês de exceção, pois, com a proximidade da Exposição-Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó (EFAPI), que ocorre em Chapecó, o jornal destinou grande parte das suas páginas para a cobertura do evento. O objetivo desta análise ocorreu por termos constatado na leitura exploratória que, apesar de tratar-se de um pequeno jornal quinzenal, a *Folha Nativa* apresenta matérias de diversas cidades.

Como o interesse do presente trabalho é o jornalismo cívico aplicado ao local, seleccionamos as matérias referentes à cidade de Iraí para uma segunda análise. Nesta, observamos as seguintes características: tema, fontes consultadas e eventual aproximação dos propósitos do jornalismo cívico (como, por exemplo, a busca de soluções aos problemas apresentados). Quanto às fontes, buscamos saber se eram legitimadas (oficiais) ou cidadãos – uma grande diferença entre o jornalismo tradicional, como descrito pelo newsmaking (WOLF, 2012; VIZEU, 2008), e o jornalismo cívico. A análise possibilitou identificar potencialidades e acertos que poderiam ser ampliados, bem como fragilidades e erros que deveriam ser trabalhados.

Também aplicamos um questionário aberto que buscou saber que problemas os cidadãos viam na cidade, quem eles acreditavam que poderia solucioná-los e como poderiam solucioná-los. Obtivemos 23 respostas voluntárias que servirão de base para a elaboração de um projeto de jornalismo cívico para o jornal *Folha*

Nativa, que contemple as necessidades atuais dos cidadãos da cidade de Iraí – principal público do jornal.

4.1. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO JORNAL *FOLHA NATIVA*

O Jornal *Folha Nativa* tem sede em Iraí-RS e filial logística em Chapecó-SC. O proprietário e editor-chefe é o relações públicas Gilvano Schwanz, que também produz e assina algumas das reportagens. Há, ainda, dois diagramadores, dois redatores (não são repórteres), cinco colunistas (três quinzenais, um mensal e um esporádico), entregadores e profissionais de vendas. O *Folha Nativa* possui 16 páginas e nenhum caderno especial próprio. Abrange 20 municípios do norte gaúcho e oeste catarinense.

Segundo Schwanz, o foco da cobertura é Iraí, Chapecó, Palmitos, São Carlos e Frederico Westphalen, com espaço para o que estiver acontecendo de importante nos demais municípios de abrangência. Não existem editorias atualmente, anunciando o assunto como uma micro-editoria, quando necessário. Veicula encartado o Caderno Enfoque, este distribuído em mais de 15 jornais. De tempos em tempos, Schwanz consegue publicar reportagens no Caderno Enfoque. Para divulgar a cidade turística de Iraí, ele aposta no Caderno Enfoque, por este possuir, “maior alcance que qualquer outro jornal regional sozinho” (SCHWANZ, 2013).

Segundo o editor-chefe, ao invés de repórteres, o jornal possui “fontes noticiosas reveladas e secretas”. As pautas buscam “sempre algo positivo, interessante, privilegiando a abertura para os reais interessados em boa divulgação, sem sensacionalismos, tendo um equilíbrio entre norte gaúcho e oeste catarinense” (SCHWANZ, 2013).

O dono do jornal diz que a linha editorial da *Folha Nativa* é positiva, com abertura a todos que desejem utilizar a mídia impressa, mas com cautela para o meio de comunicação não ser usado indevidamente. O cooperativismo também encontra no jornal um espaço bastante receptivo. Com dez anos de existência, o *Folha Nativa* sempre buscou parcerias, pois deseja “ser uma ferramenta para melhorias sociais que forem possíveis dentro de suas limitações”, afirmou Schwanz (2013).

Schwanz (2013) revela que seu público leitor tem diferentes níveis de idade, escolaridade e classe social, mas “é o cidadão ou cidadã interessado em ver o

que está acontecendo com a sua região. Como ela aparece, o que está sendo registrado e o porquê disso”. Ele expressa o desejo de que o jornal se aproxime cada vez mais do público leitor, inclusive em termos de produção e linha editorial. O poder público é visto como instituição que pode e deve fazer parte das páginas do jornal. “Entretanto, sempre frisamos, ao longo dos anos, a diferenciação necessária entre linha editorial e matérias oriundas das administrações municipais”, conta o editor (2013).

Schwanz faz essa observação devido a situações delicadas que o jornal já enfrentou frente ao poder público. Ele relata (2013) que, há alguns anos, um assessor de imprensa solicitou que o jornal não colocasse matérias da prefeitura que não as encaminhadas por ele, o que foi, obviamente, recusado.

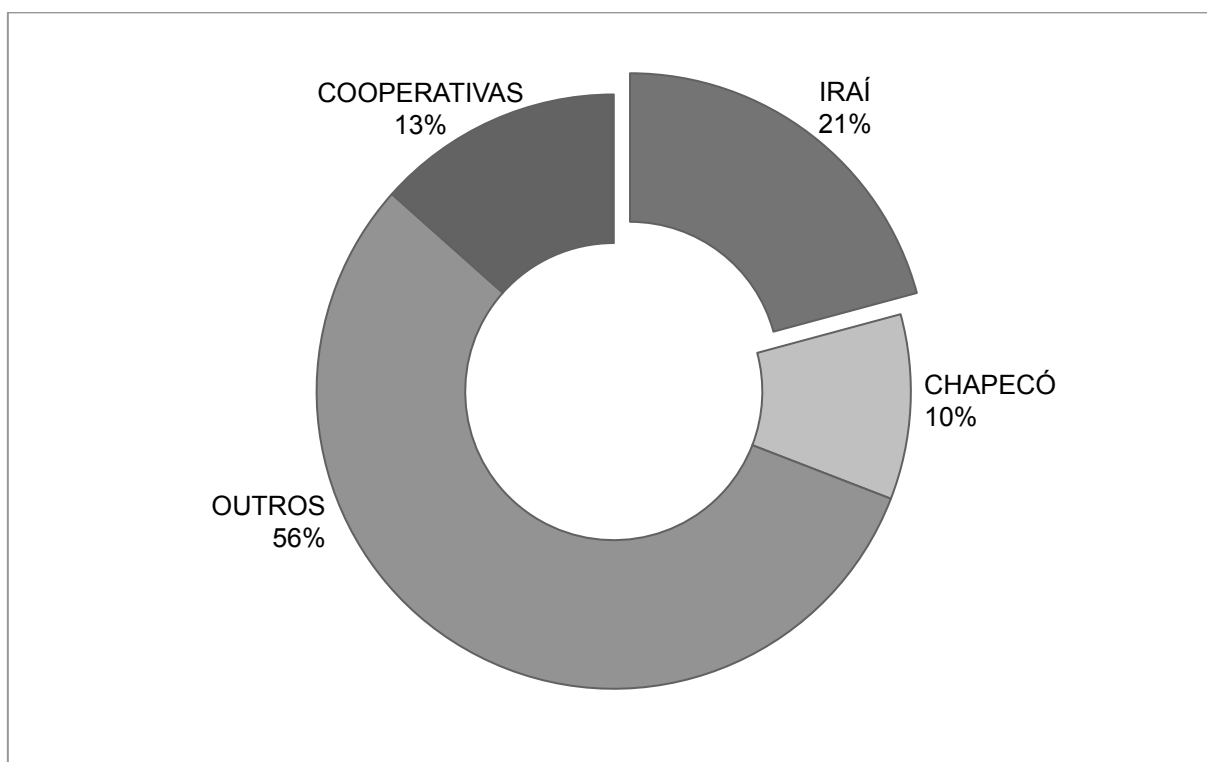
4.2. ANÁLISE DO CONTEÚDO E DAS POSSIBILIDADES

Com base nas informações fornecidas por Schwanz, percebemos, inicialmente, a periodicidade e a abertura como vantagens; como desvantagens, apontamos a ausência de repórteres e de editorias mais diversificadas. Abstraímos estas desvantagens por entendermos que o jornalismo do interior é muito mais comportamental do que estrutural (DORNELLES, 2004), o que nos leva a crer que um jornalista com uma postura cívica, engajado com a comunidade, possa ser suficiente, ainda que fosse desejável ao menos dois jornalistas. Como Vieira (In: HOLFELDT; BARBOSA, 2002, p. 130), acreditamos que “[...] o que é preciso fazer é consolidar uma prática que coloque o receptor como sujeito e o produtor jornalista como verdadeiro mediador social”.

Na análise de conteúdo, foi possível verificar como realidade o referido destaque para o cooperativismo. Ações de cooperativas correspondem a 13% do conteúdo do jornal – assunto que, pela relevância, foi contabilizado separadamente. Sendo um jornal local, consideramos pequena a porcentagem de matérias referentes ao município de Iraí – 21%. Porém, duas das matérias incluídas em outros assuntos e/ou municípios tratavam sobre políticas para o turismo – assunto de relevância para o município, ainda que este não estivesse diretamente associado à matéria. Não discriminamos os municípios de Palmitos, São Carlos e Frederico Westphalen por representarem uma parcela muito pequena da amostra. Das 149 matérias publicadas nos dois meses analisados, Palmitos e São Carlos tiveram,

cada um, uma matéria. Frederico Westphalen teve quatro. Chapecó, por ser a sede catarinense, foi considerada isoladamente, no que verificamos participação em 10% das matérias publicadas no *Folha Nativa*. O jornal está inserido numa pequena comunidade e pretende ser regional. A abrangência contempla a necessidade de iraienses que moram, atualmente, em outras cidades da região. No entanto, a nosso ver, o foco do jornal deveria estar nos assuntos relevantes para a cidade.

Gráfico 1 – COMPOSIÇÃO DO CONTEÚDO DO JFN



Fonte: A autora (2013).

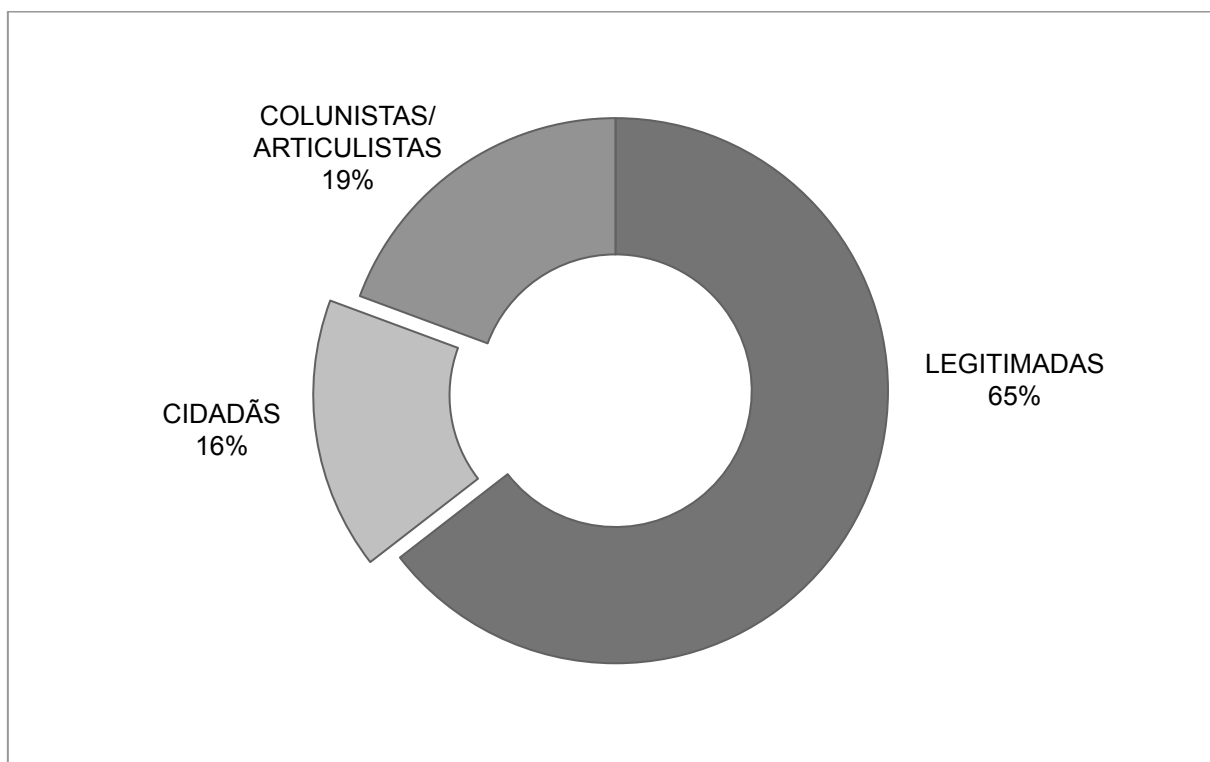
Os 21% de matérias referentes à cidade sede do jornal – 31 matérias, no total – tiveram análise mais minuciosa para identificar a natureza das fontes e se há alguma aproximação com a perspectiva cívica. Segundo Vizeu (2008, p. 232), “os jornalistas são impelidos a identificar como fatos interpretações produzidas por determinadas fontes, mas não por outras”. O que Vizeu chama de *fontes legitimadas*, produtoras de fatos, são autoridades, empresários e especialistas. O jornalismo cívico busca mais informação com as *fontes cidadãos*, ou seja, cidadãos comuns, líderes comunitários e organizações da sociedade civil. Munidos dessa distinção, analisamos as 31 matérias.

A presença de colunas, artigos e conteúdo opinativo apresentado graficamente da mesma forma que outras notícias e reportagens nos obrigou a considerar uma terceira categoria: o *colunista ou articulista*.

O *Folha Nativa*, no período da amostra, apresentou predomínio no uso de fontes legitimadas, 65%. As fontes cidadãos estavam presentes em 16% das matérias – menos do que o conteúdo de colunas e artigos, que representaram 19%. Para desenvolvermos uma proposta cívica, mais vozes devem ser ouvidas, o que se traduz, na prática, em mais fontes cidadãos.

O tradicional sistema de ronda pode servir de base para o desenvolvimento de rotinas produtivas, apenas mudando o foco das rondas. Ao invés de buscar saber apenas o que está acontecendo na prefeitura, na delegacia e na câmara de vereadores, é possível buscar saber o que está acontecendo nas escolas, ONGs e associações – numa esfera quase oficial – e nos bares, restaurantes, parques, praças, campos de obras – numa esfera de sociabilidade. Estes espaços são mais difíceis de cobrir, mas é neles que a vida pública ocorre (HARWOOD; MCCREHAN, 2000).

Gráfico 2 – DISTRIBUIÇÃO DAS FONTES



Fonte: A autora (2013).

O *Folha Nativa* tem uma proximidade com entidades iraienses sem fins lucrativos, a constar: Casa da Sopa, Projeto Amigos da Natureza e da Vida (ANAVI), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e Tribo Colorada. Pelos serviços prestados à comunidade, todas estiveram presentes ao menos em uma matéria durante o período analisado. Mas o enquadramento é factual, sem qualquer aproximação com o jornalismo cívico. Uma única reportagem, sobre os rumos do Baile do Ridículo – festa tradicional da cidade, já na 28ª edição, que cresceu muito rapidamente, chegando a levar 6 mil pessoas à cidade com cerca de 8 mil habitantes – teve alguns pontos a considerar:

- Buscava soluções nas ideias de pessoas comuns, além de fontes oficiais;
- Pretendia encontrar pontos de convergência de opiniões entre os contrários.

Schwanz (2013) diz que era “um assunto extremamente polêmico e delicado, onde fomos altamente aconselhados a não publicar nada”. Ele avalia que a reportagem “tornou evidente pontos em comum entre as partes, então divergentes”, e ressalta a resistência da comunidade e dos poderes constituídos em debater certas questões. A reportagem não chega a ser cívica, porém, através dela, percebemos o interesse do jornal em trabalhar por uma vida pública melhor.

4.3. A AGENDA DOS CIDADÃOS: QUESTÕES DA COMUNIDADE NO JORNAL

Conhecida a realidade do jornal *Folha Nativa*, passamos a refletir sobre a forma de jornalismo cívico que funcionaria para o veículo e a comunidade onde este está inserido. Para tanto, se fez necessário descobrir quais os problemas reais e imediatos da comunidade iraiense.

Segundo Shaffer e Miller (1996), o processo de implementação de qualquer projeto cívico geralmente começa com um problema percebido da comunidade. Para identificar qual problema é percebido pela comunidade, optamos por utilizar um questionário semelhante ao feito pelo *Sun News*, de Myrtle Beach, na Carolina do Sul. Este jornal publicou um questionário com perguntas abertas, pedindo que os leitores enviassem as respostas ao jornal. As perguntas, com leve adaptação, foram:

- Se você pudesse, o que mudaria em Iraí?
- Quem, na sua opinião, tem o poder de mudar a maneira como as coisas são feitas na sua comunidade?
- O que estas pessoas ou instituições podem fazer para melhorar a cidade?

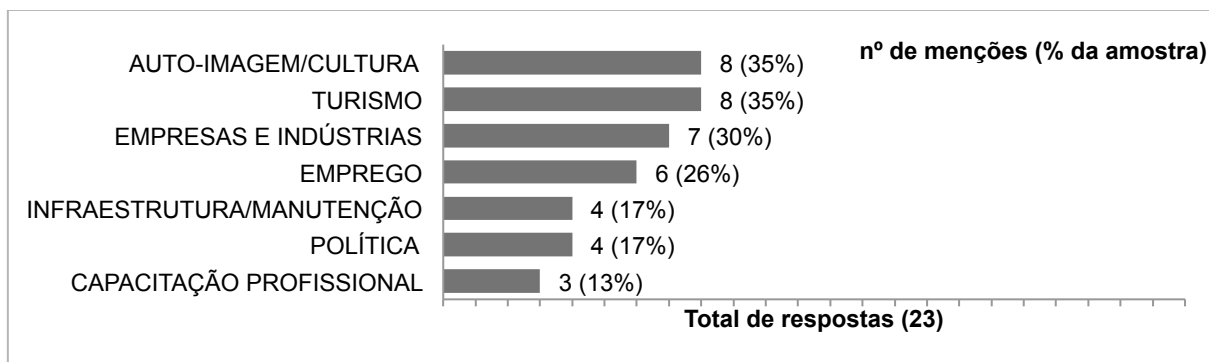
- O que está funcionando em Iraí?
- Que benefícios você vê na cidade?
- Que problemas você vê na cidade?
- O que te causa indignação, neste momento, em Iraí?

Disponibilizamos o questionário numa comunidade do município de Iraí na internet e pedimos a participação de todos os iraienses que se interessassem. Optamos por este meio pela facilidade de conseguir as respostas e alcance, já que a taxa de utilização deste meio é alta, principalmente para relatar problemas. O questionário foi bem recebido, tendo 23 respostas em onze dias. Em posse das respostas, iniciamos o processo de categorização das mesmas, agrupando-as por tema. Com este processo, visamos objetivar as informações, o que tornou possível uma análise estatística dos resultados.

4.3.1. Mapeamento das questões

A primeira resposta já se mostrou bastante significativa. Sobre o que mudariam em Iraí, as questões mais citadas foram as relativas à imagem que os iraienses fazem da cidade e a cultura do povo, e à maneira de fazer e pensar o turismo – ambas as questões foram mencionadas por 35% dos respondentes, correspondendo a 20% das menções. Eles falaram em “mudar o pensamento do povo”, ou a “mentalidade das pessoas”. Em seguida, foram mencionados a necessidade de trazer indústrias e empresas para a cidade e de geração de empregos – duas questões diretamente relacionadas, sendo a primeira, um meio para o fim (gerar empregos). Não computamos as respostas das duas questões juntamente, pois o turismo também foi considerado forma de gerar empregos. Alguns apontam a capacitação profissional como solução para os problemas econômicos do município. A necessidade de deixar a cidade para buscar trabalho foi citada três vezes na referida questão, e também em outras questões, aleatoriamente. Percebemos esta preocupação de forma generalizada entre os iraienses em fase produtiva.

Gráfico 3 – Se você pudesse, o que mudaria em Iraí?

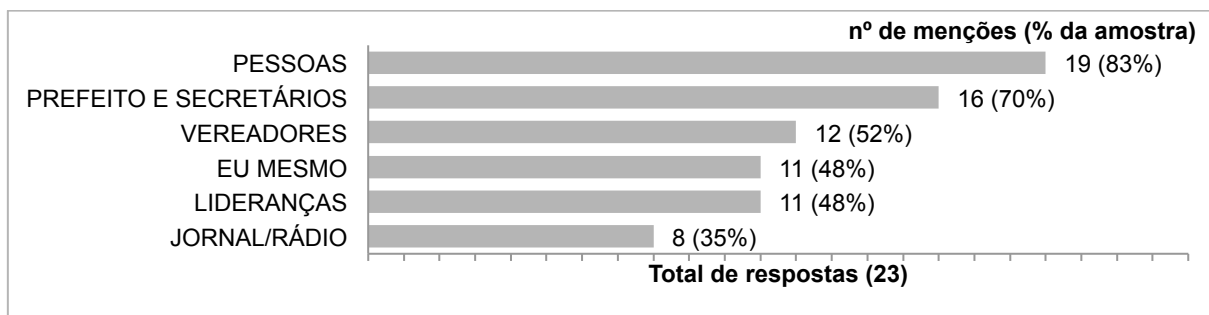


Fonte: A autora (2013).

Foi uma surpresa a política não ter sido tão citada na questão anterior e as pessoas terem sido mais mencionadas que os administradores e vereadores como os atores que podem empreender mudanças na comunidade. Na questão de múltipla escolha (única questão que continha opções pré-estabelecidas), 83% dos respondentes consideraram que as pessoas podem mudar a maneira como as coisas são feitas na comunidade. Os veículos de comunicação foram os menos citados. Jornal e rádio têm poder de causar mudanças para 35% dos respondentes.

Na questão que convidava os participantes a dizer o que as pessoas ou instituições citadas poderiam fazer para melhorar a cidade, uma única menção quanto à imprensa dizia que esta ajudaria ao “apresentar a realidade de forma crítica, estimulando as mudanças”.

Gráfico 4 – Quem, na sua opinião, tem o poder de mudar a maneira como as coisas são feitas na sua comunidade?

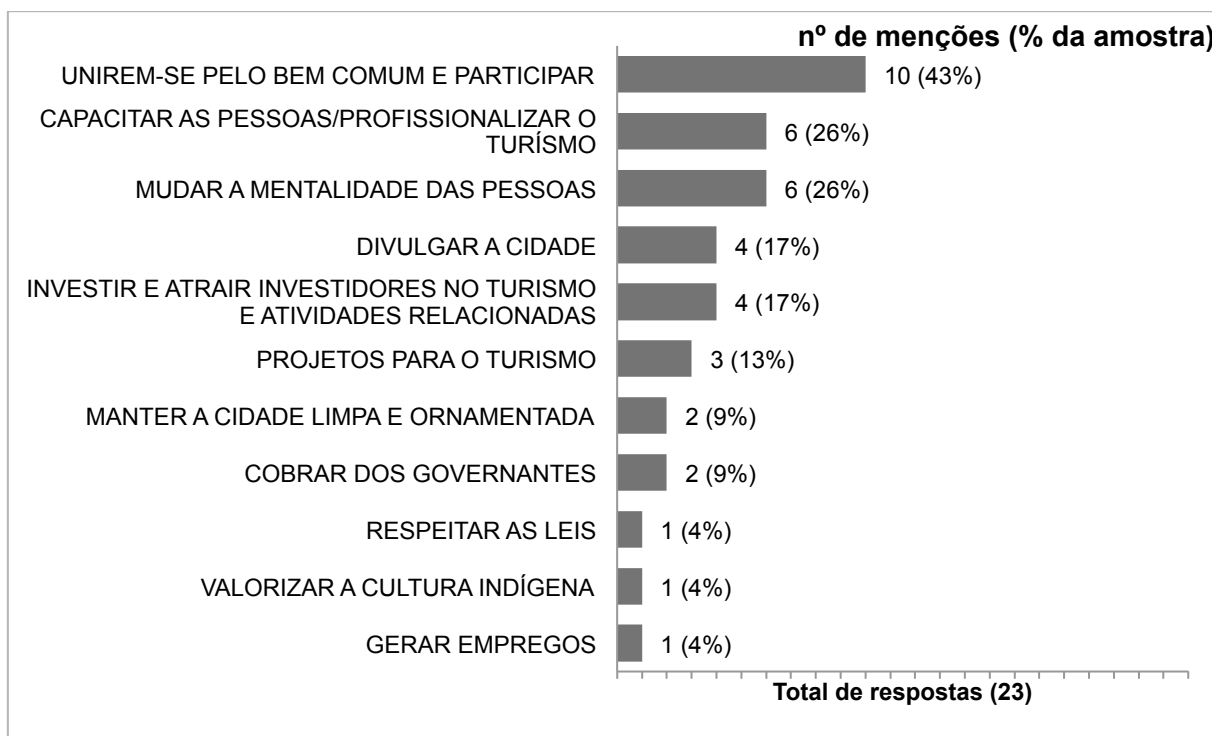


Fonte: A autora (2013).

Quanto a o que estas pessoas ou instituições poderiam fazer para melhorar a cidade, a necessidade de maior participação e cooperação apareceu novamente

com força, mencionada por 43%. E a capacitação profissional, citada por apenas 13% dos respondentes na primeira pergunta, foi apontada por 26% na questão do gráfico 5. O turismo também aparece em quase todas as respostas, direta ou indiretamente.

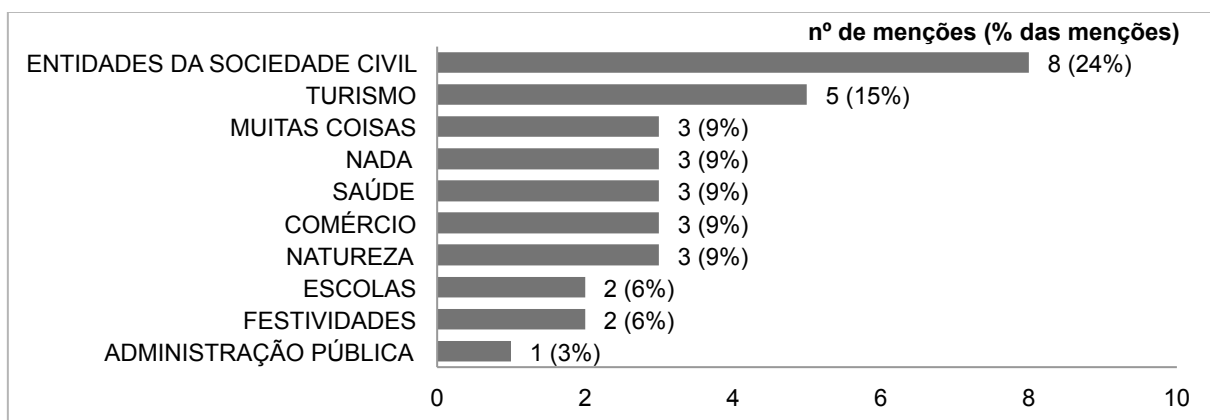
Gráfico 5 – O que estas pessoas ou instituições podem fazer para melhorar a cidade?



Fonte: A autora (2013).

A questão do gráfico 6, “O que está funcionando em Iraí?”, foi a única que decidimos mensurar a porcentagem em valores absolutos ao invés de valores proporcionais ao número de respostas. Isto se deu porque mais de uma entidade da sociedade civil foi citada em cada resposta. Percebendo a natureza semelhante, decidimos agrupá-las, no que resultou em 24% das menções. Ainda tivemos três respostas “nada” e três que consideravam que muitas coisas funcionam, mas sem citar nenhuma em particular.

Gráfico 6 – O que está funcionando em Iraí?

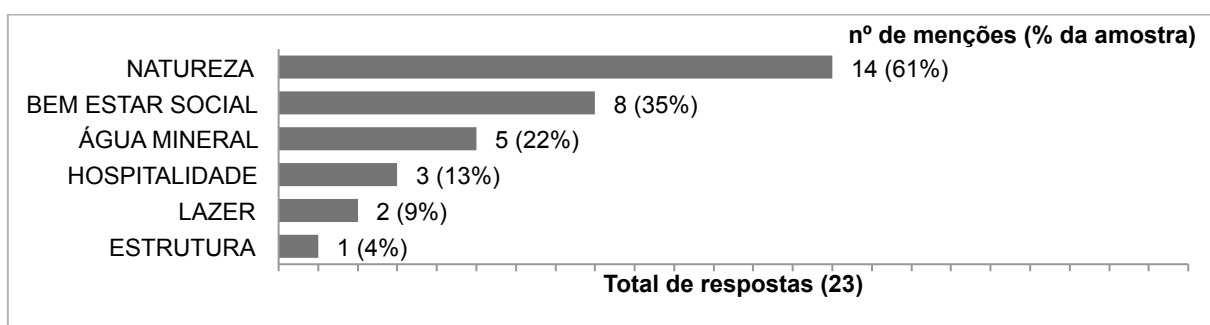


Fonte: A autora (2013).

Mesmo admitindo a existência de problemas com o turismo, 22% dos participantes da entrevista consideram que ele traz benefícios para cidade, correspondendo a 15% das menções. A questão “Que benefícios você vê na cidade”, apresentada no gráfico 7, não causou nenhuma surpresa. A “natureza” é o maior benefício de Iraí, citada por 61% das pessoas. Em seguida vem a “paz”, “tranqüilidade” e “segurança”, termos agrupados na categoria **bem estar social**, e, ainda, a “água mineral”, lembrada por beneficiar os iraienses.

A água das fontes termais, existente na cidade, foi eleita nos anos 1920 a melhor água mineral do Brasil e segunda melhor do mundo, o que faz dela motivo de orgulho dos iraienses.

Gráfico 7 – Que benefícios você vê na cidade?

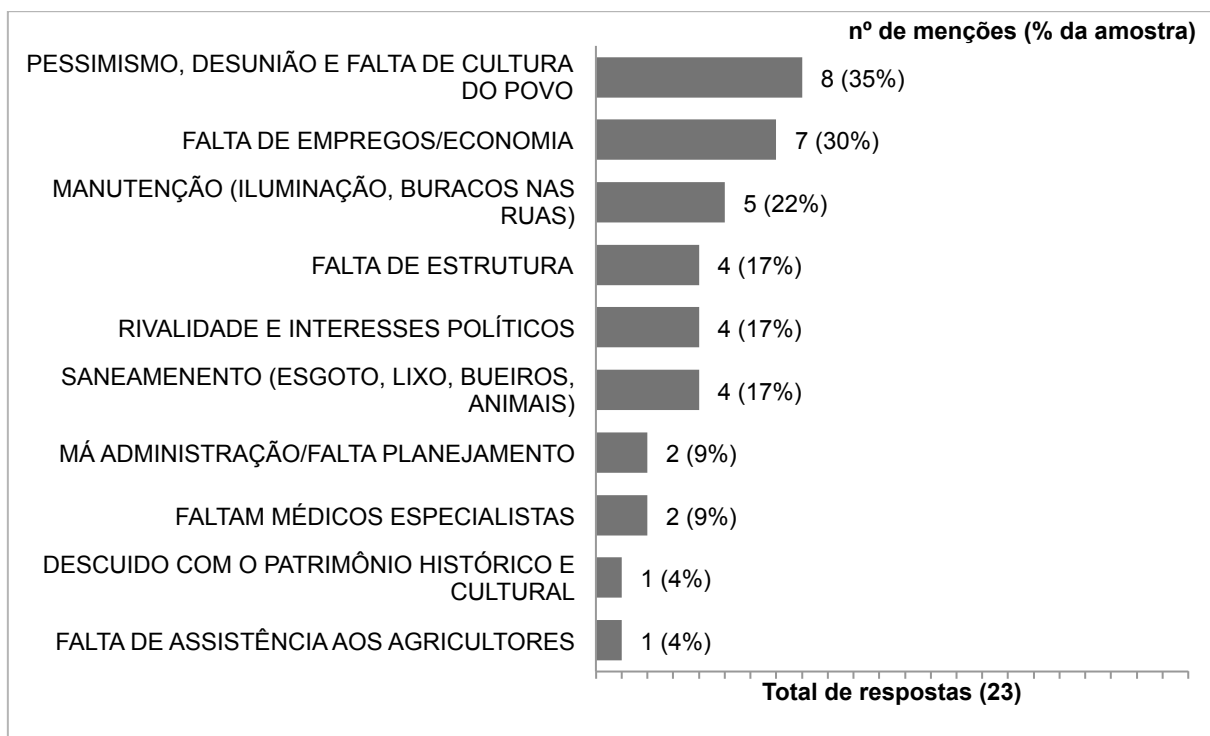


Fonte: A autora (2013).

Quanto aos problemas da cidade, surgiram diversas questões que podem ser tratadas pelo jornal com uma filosofia e enquadramento cívicos. As duas últimas perguntas trazem uma semelhança, que já podia ser observada nas anteriores, mas

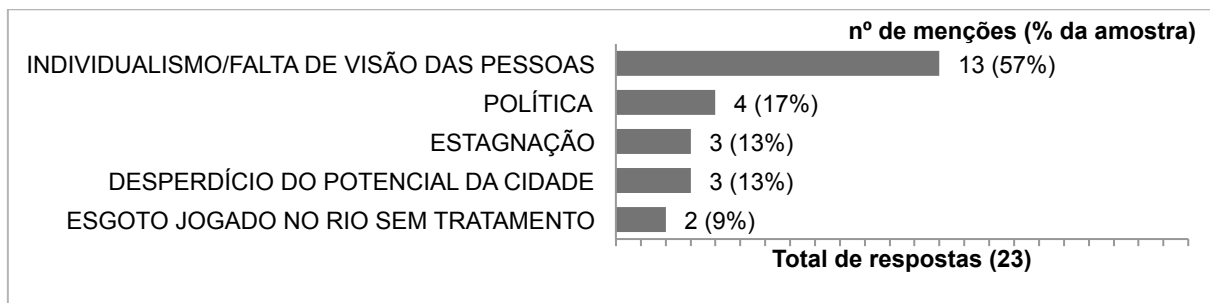
que nela fica evidente: para 35%, o problema da cidade está no povo iraiense (gráfico 8); 57% se indignam com o individualismo e visão estreita das pessoas (gráfico 9). Todas as questões abaixo apresentadas têm potencial para uma cobertura de jornalismo cívico. Neste momento, atemo-nos à primeira questão de ambos os gráficos abaixo.

Gráfico 8 – Que problemas você vê na cidade?



Fonte: A autora (2013).

Gráfico 9 – O que te causa indignação, neste momento, em Iraí?



Fonte: A autora (2013).

O questionário, além de revelar temas os quais o jornal pode abordar, mostrou que a comunidade iraiense apresenta problemas para os quais o jornalismo

cívico propõe buscar soluções. As questões relativas à desunião, falta de participação e individualismo estão entre os focos principais do jornalismo cívico. A postura da comunidade caracteriza uma situação de capital social baixo. O que foi percebido pelos iraienses que responderam o questionário e verificado pela mensuração das respostas corresponde a um ambiente onde o meio pode criar a rede sinérgica que virá a facilitar a cooperação, a confiança, o consenso e a ação coletiva.

Como visto anteriormente, os meios de comunicação podem contribuir indiretamente nos processos públicos. A influência do jornalismo cívico nos processos sociais se dá pela participação dos cidadãos na esfera pública. Fornecer espaços para que isto ocorra e fomentar a participação e discussão é a base da proposta do jornalismo cívico para ampliar o capital social, melhorando a vida pública.

4.4. PROPOSTA DE JORNALISMO CÍVICO NO JORNAL *FOLHA NATIVA*

Como visto anteriormente neste capítulo, o Jornal *Folha Nativa* não conta com jornalistas atuando na reportagem. Existem apenas colaboradores. Conhecida a realidade do jornal e as demandas do público, pretendemos, agora, discutir de que maneira este tipo de jornalismo poderia ser implantado dentro dessas condições. Abordaremos práticas e temáticas, as quais consideramos adequadas.

Segundo Shaffer e Miller (1996), “envolver os cidadãos na cobertura de problemas da comunidade requer planejamento, alocação de recursos escassos da redação e um compromisso de longo prazo”. Isto envolve tempo e custos. A primeira questão que deve ser considerada no caso em particular é que o jornal é feito por uma só pessoa. Mesmo sendo quinzenal, esta condição, por si só, inviabiliza possibilidades como a de ter um jornalista cobrindo cada região (centro, vilas, zona rural). Porém, outras práticas, especialmente aquelas que envolvem mais diretamente os cidadãos, podem funcionar para o *Folha Nativa*.

Em artigo no Observatório de Imprensa, Castilho (2011) alega que “a cobertura comunitária tornou-se demasiado cara para ser executada apenas por jornalistas profissionais, tornando quase compulsória a participação do público como fornecedor de notícias”. Para ele, o fator econômico não é o único motivo para buscar maior colaboração dos leitores, mas, sim, os conhecimentos dos mesmos,

essenciais para formular políticas públicas que venham ao encontro das necessidades dos cidadãos. “É o chamado conhecimento tácito que necessita ser transformado em conhecimento explícito por meio da comunicação, num processo onde o jornalismo pode ter um lugar predominante” (CASTILHO, 2011).

Em consonância com Castilho (2011), acreditamos que a participação do público como colaboradores pode ser um caminho, mas ela deve ser adequada ao projeto cívico. A prática, anteriormente citada, do *The Spokesman Review*, de ajudar cidadãos a colocar suas opiniões em formato jornalístico, nos parece viável para o *Folha Nativa*. Também é conhecido o fato de o referido jornal não ter alcance nas zonas rurais, áreas onde a rádio municipal (Rádio Marabá) tem alcance. Para abranger uma maior parcela da comunidade, propomos a parceria do jornal com a rádio.

Ainda que com poucos recursos, é possível realizar um mapeamento cidadão inicial, o que permitiria identificar os colaboradores e lugares onde a vida pública ocorre. Este processo permite sistematizar a produção jornalística, o que facilitaria o trabalho, mesmo com pouco tempo. Harwood e McCrehan (2000) definem cinco tipos de espaços: 1) Oficiais – local designado para discussão de questões públicas; 2) Quase-Oficiais – encontros organizados por entidades da sociedade civil ou líderes reconhecidos; 3) Locais terciários – locais públicos onde as pessoas se reúnem na vida cotidiana; 4) Casuais – encontros aleatórios entre amigos e conhecidos; 5) Privados – na casa das pessoas. O jornalismo cívico tem por objetivo cobrir os Locais Terciários e Casuais, ainda que os Quase-Oficiais também sejam de interesse.

Para sistematizar a cobertura e saber a quem recorrer é importante descobrir quem são os líderes da comunidade, que nem sempre são identificados. Harwood e McCrehan (2000) distinguem cinco tipos de líder, conforme a tabela 2:

Tabela 2 – Tipos de líderes

Líderes oficiais	Pessoas que possuem cargos eletivos, trabalhar para agências governamentais ou são chefes de grandes instituições. Exemplos incluem o prefeito, deputados estaduais, vereadores, funcionários públicos não-eleitos, os membros do conselho escolar, executivos de grandes empresas, presidentes de fundações comunitárias.
Líderes cívicos	Pessoas em cargos cívicos reconhecidos dentro da comunidade. Exemplos incluem líderes de instituições religiosas, líderes de organizações cívicas, presidente da Câmara de Comércio, líderes de associações de bairro. Líderes cívicos geralmente são as pessoas a quem os repórteres recorrem para tentar expandir suas fontes.

Conectores	Pessoas que se deslocam entre as organizações e as conversas cívicas. Eles tendem a ser pessoas que interagem com várias organizações, instituições e pessoas – levando e difundindo idéias, mensagens e normas sociais de um lugar para outro. Em geral, Conectores não têm competência oficial.
Catalisadores	Líderes os quais as pessoas procuram em suas vidas cotidianas pelo conhecimento que eles têm da comunidade, perspectiva histórica e sabedoria. Eles costumam ser responsáveis por incentivar outros a envolverem-se na vida cívica. Catalisadores são os vizinhos respeitados, colegas de trabalho e líderes leigos de igrejas.
Especialistas	Pessoas que agem como líderes na comunidade por causa de seu conhecimento especializado – como um planejador, professor universitário, médico ou advogado criminalista. Embora tais especialistas sejam cruciais para a reportagem, os especialistas podem ser a entrevista rápida e fácil, mas não costumam ajudar os jornalistas a explorar a forma como as pessoas da comunidade se sentem ou pensam sobre um problema.

Fonte: Harwood e McCrehan (2000).

De uma perspectiva cívica, os Conectores e Catalisadores são as pessoas mais indicadas para tornarem-se fontes e/ou contribuidores do jornal. Porém, o caminho para descobrir quem são estas pessoas – principalmente no caso dos Conectores – passa por uma imersão exploratória do repórter nos espaços públicos e, eventualmente, por consulta aos líderes cívicos. Sabendo o que procurar, é possível criar um sistema de ronda que cubra a vida pública.

Parte da proposta do jornalismo cívico envolve a criação de fóruns, grupos focais e outros espaços para debater problemas da comunidade. Quanto a isto, encontramos receptividade por parte do editor e dono do jornal. Ele já realizou encontros entre cidadãos interessados para debater problemas, propostas e soluções para o turismo iraiense – principal economia do município e questão amplamente citada no questionário, apresentado anteriormente. Todavia, estas reuniões não foram objeto de reportagens do jornal, nem vieram a se concretizar na forma de projetos ou políticas públicas. O *Folha Nativa* também já realizou campanha pedindo doações e voluntários para uma entidade de assistência a crianças carentes sem fins lucrativos (a Casa da Sopa), a qual resultou em mobilização por parte dos cidadãos, outros grupos e entidades da sociedade civil e de líderes oficiais (juíza, prefeito e vereadores). Ainda que seja uma prática que ocorre também em jornais tradicionais, o incentivo ao voluntariado pode ser mantido e ampliado.

Quanto aos temas que podem ser abordados inicialmente, o mapeamento das questões cívicas nos fornece algumas questões que podem ser objeto de

reportagens e/ou ações. Algumas foram consideradas em conjunto e outras separadamente. São elas:

Tabela 3 – Temáticas e possíveis abordagens

TEMÁTICAS	
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	A falta de profissionalismo no principal setor da economia do município é percebida como o problema gerador de muitos outros, como a estagnação econômica e o desemprego. O jornal poderia iniciar uma série de reportagens sobre aspectos levantados na pesquisa – como horário de atendimento e falta de capacitação profissional – associadas a artigos sugerindo soluções, os quais apresentariam ideias e opiniões de pessoas diretamente envolvidas na situação. Como recurso gráfico e de aproximação com o leitor, poderiam ser utilizados boxes com o título “O que eu faria”, trazendo ideias de outros cidadãos, que encerraria com um cupom (e/ou endereço eletrônico) para que o leitor recorte e sugira o que ele faria.
EMPREGO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL	O problema mais imediato dos cidadãos iraienses é a falta de emprego, os que os obriga a deixar a cidade para conseguir trabalho. Nos parece que, para não nos limitarmos ao tradicional relato do drama de famílias e pessoas que estão desempregadas, ou já foram para outra cidade, deveríamos adotar o Modelo de Conferência Consensual, visto no capítulo anterior. Ele daria oportunidade para múltiplos pequenos grupos debaterem e articularem suas visões; o jornal buscaria especialistas para ajudar a encontrar de que forma as ideias que surgissem poderiam funcionar na prática, e, finalmente, um fórum geral permitiria que todas as ideias fossem ouvidas e debatidas pelo público deliberativo.
PLANO DIRETOR	Saneamento e infraestrutura seriam debatidos no nível das políticas públicas, e não pelo enquadramento tradicional do buraco de rua. O jornal poderia convocar pessoas para formar grupos de discussão e, num segundo momento, promover um fórum público para apresentar os resultados e propor um plano diretor que supra as necessidades dos cidadãos. Esta ação teria de ser feita em parceria com os órgãos públicos para que sejam efetivados. Especialistas seriam úteis no processo.
CUIDADO COM A CIDADE	No questionário foram apontadas atitudes que os próprios cidadãos poderiam tomar para melhorar a cidade, como manter a cidade limpa, colocando o lixo nas lixeiras, ornamentar os próprios jardins e manter as calçadas em bom estado de conservação. Esta questão poderia ser enquadrada pela perspectiva dos turistas e de como eles veem estes detalhes. O jornal também poderia divulgar com destaque os horários de recolhimento do lixo e promover uma discussão nas escolas.
ELEIÇÕES 2016	A abordagem que o jornalismo cívico dá ao período eleitoral tem potencial de fomentar uma mudança de postura em relação à política. Os problemas, citados pelos cidadãos, referem-se ao excesso de rivalidade, interesse em obter cargos públicos, em detrimento da capacidade para tal, inatividade quando eleitos. Os candidatos se apresentam como concorrentes. O jornalismo cívico propõe, mais do que discutir quem vai vencer, discutir projetos e os problemas que a comunidade julga relevantes. Desta forma, o jornal promoveria um debate entre os candidatos onde as perguntas seriam feitas pelos cidadãos. Nos parece interessante que fosse dada oportunidade para que os mesmos se reunissem em grupos de interesse para formular as perguntas da melhor maneira.

Fonte: A autora (2013).

Além das temáticas apresentadas existem outras questões que merecem tratamento cívico. A assistência aos agricultores – também uma economia negligenciada – e o relacionamento com a comunidade Kaingang – povo indígena que reside na reserva de Iraí, esta situada sobre o aeroporto, que foi desativado, e razão de atritos entre as culturas. Estes temas, bem como os anteriormente explicitados, precisam passar por planejamento cauteloso para que as ações resultem em soluções efetivas para os problemas da comunidade. No processo, espera-se construir pontes, gerando capital social através da participação e ação conjunta. A comunidade, quando bem articulada, passaria ela mesma a gerar novas discussões, exigindo a abordagem de outros temas e encontrando, assim, formas auto-sustentáveis de se desenvolver.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi uma tentativa de trazer o movimento, teoria, filosofia e técnicas do Jornalismo Cívico para a realidade brasileira e, mais especificamente, do jornalismo no interior do Rio Grande do Sul. Nosso problema era descobrir como adaptar esta forma de jornalismo para a realidade de pequenas cidades, onde se faz jornalismo com recursos limitados. Escolhemos pensar o jornalismo cívico nesse contexto, pois acreditamos que é nas pequenas comunidades que ele pode ser mais benéfico, e por entendermos que, se é possível fazer jornalismo cívico com poucos recursos, seria simples fazê-lo numa realidade mais favorável.

Nosso objetivo foi estudar o jornalismo cívico, o qual entendemos como uma prática jornalística mais próxima do público e mais democrática, sendo capaz de servir como catalizador da participação na vida pública e da cidadania. Tivemos como adversidade, a escassez de títulos em língua portuguesa. O que, a princípio, seria uma desvantagem, entendemos como uma oportunidade de apresentar nesta pesquisa o pensamento de autores com estudos pouco conhecidos no Brasil.

Outra dificuldade foi definir como o jornalismo cívico era diferente do jornalismo tradicional. Ainda que encontrássemos nos autores ideias abrangentes, como *fazer a democracia funcionar* ou *a ênfase na busca de soluções entre os cidadãos para problemas sociais*, em geral, os autores apresentam o jornalismo cívico mais como uma ideia do que como teoria.

Encontramos em Haas (2007) e Glasser (1999) a informação de que este esforço teórico ainda não havia sido feito, ainda que diversas práticas tenham sido criadas. Ao longo deste trabalho, foi feito um esforço teórico para definir o jornalismo cívico como uma prática jornalística bem consolidada, esclarecendo as diferenças entre este e o jornalismo tradicional.

Não era nossa intenção apresentar o jornalismo cívico como salvador do jornalismo, ainda que todos os teóricos do jornalismo cívico apontem as falhas no jornalismo tradicional. Mais uma vez, tomamos o obstáculo como oportunidade de contribuir nos estudos do tema. Partimos do estudo de Haas para tentar definir de forma clara como se dão as diferenças nos processos comunicacionais com a prática do jornalismo cívico, o que cremos ter conseguido.

O esforço culminou, no terceiro capítulo, em um quadro comparativo que condensa as diferenças entre uma e outra forma de jornalismo. Esta contribuição é

importante pois ainda não havia nada parecido sobre o assunto na literatura existente, nem na americana.

Foi durante este esforço teórico que surgiu outro questionamento: seriam os estudos do jornalismo cívico um problema da corrente dos efeitos ou de recepção? Levamos a questão adiante, buscando entender que tipo de pesquisa seria necessária para estudar projetos de jornalismo cívico, já que este propõe impactar na vida pública, ao mesmo tempo que busca a participação integral do público.

Questionamos porque ao mesmo tempo que falam em efeitos na vida pública os autores falam em público ativo, o que poderia tanto ser uma contradição quanto uma aproximação entre duas tradicionais correntes de pesquisa. Pensamos que o jornalismo cívico consegue subverter o entendimento clássico nos estudos referentes ao público por não negar uma influência, porém, o faz de forma consciente e honesta, e não diretamente na audiência, mas nos processos sociais da unidade complexa dos elementos. Desta unidade, fazem parte público, mídia e política.

O jornalismo cívico não se coloca como salvador da democracia, mas como parte de um processo de interações que possibilitam que a vida pública funcione de maneira mais democrática. A imprensa não exerce poder sobre o público, mas sim todas as partes da unidade têm influência umas sobre as outras. Os jornalistas cívicos têm consciência desta influência e, a partir do cuidado com o enquadramento e maior inserção na vida da comunidade, tentam minimizar efeitos indesejados.

Acreditamos que futuros estudos quanto à prática do jornalismo cívico devam considerar esta particularidade. Como explicamos a partir de Chaffee e McDevitt (In: GLASSER, 1999), deve-se utilizar métodos quantitativos de mensuração estatística, bem como técnicas qualitativas de observação participante para conseguir abranger a complexidade dos processos comunicacionais. O jornalismo cívico não foca nas mensagens, no público ou na prática, mas no processo como um todo.

Não desenvolvemos uma pesquisa quanto à possível existência de jornalismo cívico no Brasil, pois não era o nosso objetivo. Porém, citamos as tentativas brasileiras, encontradas por Silva (2002), de aproximação com o jornalismo cívico. Em rápida procura por indícios de apropriação do jornalismo cívico pelos jornais brasileiros, encontramos uma nota na *Folha de São Paulo* convocando interessados para participar de um debate, promovido pela mesma, sobre formas de inclusão de pessoas com autismo. Dele, participaria uma jornalista, mãe de uma criança autista.

Trata-se de um jornal promovendo evento cujo assunto, ainda que bastante específico, é de interesse público e social, e está presente a nova teoria da credibilidade na figura da jornalista, mãe da criança autista. Ela dá respaldo ao evento justamente por estar implicada, porque se importa. Porém, o debate ocorreria entre convidados, não sendo aberto para deliberação do público, o que descaracteriza a ação dentro da proposta cívica.

Outra corrente jornalística que pode ser comparada com o jornalismo cívico é o jornalismo popular. Isto porque ambos rompem com o jornalismo tradicional, ou “de referência”, voltando-se para o local e para problemas do cidadão comum, e dando maior ênfase a fontes não oficiais. Porém, as semelhanças terminam aí. Enquanto, no jornalismo popular, o lugar de fala do cidadão comum se restringe à reivindicação de soluções (AMARAL In: HOHLFELDT; BARBOSA, 2002), o jornalismo cívico convida o cidadão a propor soluções; enquanto o enquadramento, proposto pelo primeiro, gera apenas demandas individuais, o enquadramento cívico propõe ampliar o ângulo de visão sobre o problema em questão. A ideia é mostrar como ele afeta a vida de cada um, e gerar debates públicos que venham a reduzir ou resolver problemas sociais.

O primeiro entende o poder público como ineficaz, o segundo entende poder público, cidadãos e imprensa como partes de uma rede sinérgica que funciona somente em conjunto. Enquanto o primeiro transforma o cidadão em mais um personagem, contando histórias da vida privada, para o segundo, importa mais as ideias dos cidadãos que possam contribuir na vida pública do que suas histórias particulares.

Por fim, a aproximação do cidadão, como feita pelo jornalismo popular, seduz o leitor e pode gerar benefícios a indivíduos cujas vidas são retratadas, mas não democratiza o jornalismo (AMARAL In: HOHLFELDT e BARBOSA, 2002). O jornalismo cívico, em sua proposta, quer transformar o meio em lugar de diálogo e deliberação públicas, mais do que canal de disseminação de informações, ainda que provindas de cidadãos comuns. Consideramos importante fazer esta diferenciação, pois, no enquadramento e abordagem, são formas de fazer jornalismo muito diferentes.

Também citado neste trabalho, o jornalismo comunitário apresenta muitas semelhanças com o jornalismo cívico. Tem como objetivo a mobilização da comunidade vinculada ao exercício da cidadania. As diferenças estão na limitação

da comunidade aos indivíduos das classes populares e na comunicação, que deve ser feita por membros da própria comunidade, ainda que se admitam comunicadores sociais, cuja função é a de provocar a participação (PAIVA, 2003).

O jornalismo cívico, ao contrário, amplia o papel do jornalista no processo de comunicação. Além de reportar a vida pública, fornecendo informação de importância prática, ele deve participar da vida da comunidade, promover a participação na vida pública e gerir a deliberação pública. No jornalismo cívico também não há restrição quanto à classe social do público. Há, sim, uma técnica para evitar a hegemonia de uma visão sobre as outras, dando oportunidade para os múltiplos públicos debaterem isoladamente antes de se reunirem na forma de público deliberativo.

Acreditamos que um estudo comparativo mais aprofundado entre jornalismo cívico e popular e entre jornalismo cívico e comunitário – práticas já estabelecidas no Brasil, e, portanto, referências mais próximas do contexto brasileiro – possa ajudar a estabelecer o que poderia ser o jornalismo cívico no Brasil. Percebemos que a necessidade de adaptar a prática e teoria cívicas à realidade brasileira não se resume a mudar o termo para outro mais apropriado, ou a considerar outras práticas já existentes no país como jornalismo cívico.

É necessário entender que jornalismo é este. E, mais que isto, entender as particularidades do público brasileiro, mais especificamente, da comunidade na qual cada veículo se insere. É conhecido o fato de americanos serem mais patriotas e terem maior comprometimento cívico. Assim, mudar o termo usado para denominar este jornalismo não mudará a postura que o público terá na vida pública e na relação com o meio jornalístico. A experimentação, como ocorreu no contexto americano, se faz necessária para encontrar uma forma de jornalismo cívico adequada a cada contexto.

Como desvantagem, não temos, no Brasil, entidades patrocinadoras do jornalismo cívico, como surgiram nos Estados Unidos. A experimentação é dispendiosa e, por isso, poucos veículos de comunicação se dispõem a tentar algo novo. Nesta conjuntura, acreditamos que ela pode ocorrer em ambientes mais abertos nos quesitos tempo e/ou despesas. É o caso de jornais como o Folha Nativa, cuja periodicidade é convidativa à experimentação.

Faculdades de jornalismo também são espaços convidativos a este tipo de experiência. Existem, nos Estados Unidos, organizações como o *J Lab*³³, que incentivam a inovação no jornalismo. Entendemos que, no Brasil, o lugar mais propício a essas inovações é a universidade.

Guareschi e Biz (2005, p. 30) entendem que “a educação não pode estar desligada da política, porque educar implica necessariamente perguntar-se pelo tipo de sociedade que desejamos”, o que consideram um ato político. Para os autores, a educação não pode ser reduzida a um processo de treinamento para preparar pessoas para mercado de trabalho, no que concordamos.

O mercado de trabalho tende a reproduzir as mesmas práticas, ainda que estas já estejam obsoletas. Há grande resistência a mudanças. Assim, a inovação deve partir do ambiente acadêmico, que pode provar a eficiência de novos modelos de comunicação. Após reconhecida a utilidade e viabilidade de novas técnicas, a adoção destas por parte dos veículos torna-se natural.

Na esfera dos públicos, há que se considerar a necessidade de educar para a cidadania. Milton Santos (1999 apud GUARESCHI; BIZ, 2005, p. 33) expressa que “uma escola que não forme verdadeiros cidadãos tornar-se-á um celeiro de deficientes cívicos”. Entendemos que a compreensão da cidadania existente seria um passo importante para se chegar a um jornalismo cívico brasileiro. É o Brasil um celeiro de deficientes cívicos ou não? A cidadania sempre esteve presente, não existe mais ou vem sendo resgatada? Que tipo de cidadania existe hoje no país? O jornalismo cívico funcionaria num celeiro de deficientes cívicos? Que relação os cidadãos têm com os meios de comunicação e o que esperam deles? São questões que podem ser exploradas em pesquisas futuras. Acreditamos que algumas das respostas possam surgir a partir da experimentação. Outras, mais complexas, talvez não possam ser satisfatoriamente respondidas em sua totalidade. Ainda, assim, servem de guia para pensar o jornalismo cívico.

Trouxemos a educação para as considerações não só para repensar a educação jornalística e o papel dos meios e dos jornalistas. Pensamos que uma educação para a cidadania passa, necessariamente, pela comunicação. Numa sociedade onde a cidadania não é inerente a todo cidadão, o jornalismo cívico deve dar atenção especial às escolas. Professores e alunos podem ser excelentes

³³ <http://www.j-lab.org/>

conectores, já que a interação entre colegas, pais e alunos cria um ambiente de sociabilidade que perpassa diversas instituições e grupos da sociedade.

Os estudantes costumam levar as ideias e mensagens que recebem na escola para o ambiente familiar. Se estas mensagens estiverem ligadas à cidadania, é possível que o aprendizado das crianças e jovens afete também a postura dos pais. Guareschi e Biz (2005, p. 138) colocam que “o que define uma sociedade são as relações que se estabelecem entre seus membros. E as relações são extremamente dinâmicas, conflitivas, contraditórias”. Da mesma forma, Rosen (1994, p. 52) afirma que, no jornalismo cívico, “as relações são o conceito”. O jornalismo cívico deve trabalhar para facilitar e articular estas relações, e ambientes como as escolas nos parecem ótimas engrenagens.

Outro objetivo foi descobrir de que forma o jornalismo cívico poderia ser adotado num jornal do interior do Rio Grande do Sul. Sabíamos da necessidade de adaptação, primeiramente à realidade brasileira e, em seguida, à realidade específica do local e veículo escolhido. Encontramos soluções para implementar uma forma brasileira e interiorana de jornalismo cívico em experiências de pequenos jornais americanos e em ferramentas atuais de comunicação. Entre as mais notáveis, estão o espaço de opiniões e ideias dos cidadãos colocadas em formato jornalístico, a parceria com a rádio e a formação de grupos de discussão entre cidadãos interessados.

O uso do questionário via internet para esta pesquisa não tinha a pretensão de tornar-se uma ferramenta de jornalismo cívico, apenas mapear possíveis temas os quais poderiam ser abordados. Entretanto, devido à grande receptividade dos colaboradores, nos parece ser um espaço que, se bem utilizado, pode funcionar tanto como espaço público para debater questões da comunidade, quanto como medidor de necessidades da mesma, as quais o jornal deve buscar contemplar.

Entendemos que, para incluir o público que não acessa a rede mundial de computadores, questionários como esse podem se estender, de forma analógica, às páginas do jornal e a urnas colocadas em supermercados, farmácias, padarias, hospital e postos de saúde, escolas, sindicatos e bares. Desta forma, mais pessoas teriam a chance de participar.

Para além disso, a presente pesquisa se valeu desse questionário para propor cinco projetos cívicos que o *Jornal Folha Nativa* poderia iniciar, baseados nas questões apontadas pelos cidadãos iraienses. Estes projetos ainda não foram

testados. Acreditamos que, após a aplicação destas propostas, seria de interesse acadêmico avaliar se estes realmente foram adequados à realidade do local, se atingiram os objetivos, se foi ao encontro das expectativas dos cidadãos, se houve participação e melhora da cidadania, se as soluções encontradas pelos cidadãos juntamente com o jornal se reverteram em políticas públicas e ações efetivas, tanto do poder público como da sociedade civil. Para tanto, serão necessários mais estudos.

REFERÊNCIAS

AHVA, Laura. **What is “public” in public journalism?**. Estudos em Comunicação. Portugal, v. 9 p. 119-142, mai 2011. Disponível em:

<<http://www.ec.ubi.pt/ec/09/pdf/EC09-2011Mai-07.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2011.

AMARAL, Luiz. Assessoria de imprensa nos Estados Unidos. In: DUARTE, Jorge (org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011. p. 22-38.

AMARAL, Márcia Franz. Fontes jornalísticas: o lugar de fala do cidadão. In: HOHLFELDT, Antônio e BARBOSA, Marialva (org.). **Jornalismo do século XXI: a cidadania**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002. p. 30-49.

BARROS; Antonio; DUARTE, Jorge (orgs.). **Métodos de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2010. 380p.

BARROS, Luís Gustavo Martins. **O Jornalismo Público praticado pelo programa Cidades e Soluções**. Brasília: Monografia (pós-graduação), Pós-Graduação em Assessoria em Comunicação Pública, IESB, 2009. Disponível em: <<http://g1.globo.com/platb/files/336/theme/jornalismo.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2011.

BORGES, Susana. (2009). **A segunda fase do Jornalismo Público**. Estudos em Comunicação. Portugal, n. 5 p. 95–113, mai. 2009. Disponível em: <<http://www.ec.ubi.pt/ec/05/pdf/05-borges-segunda.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2011.

CAREY, James W. In defense of public journalism. In: GLASSER, Theodore L. **The idea of Public Journalism**. New York: The Guilford Press, 1999. p. 49-66.

CASTILHO, Carlos. **Jornalismo hiperlocal ganha adeptos na grande imprensa**. Observatório da Imprensa. 2011. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/posts/view/jornalismo-hiperlocal-ganha-adeptos-na-grande-imprensa>>. Acesso em: 30 ago. 2012.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. **A geografia do Espaço Turístico como construção complexa da comunicação**. Porto Alegre: Tese (doutorado), Faculdade de Comunicação, PUCRS, 2005. Exemplar fotocopiado.

CHAFFEE, Steven H.; MCDEVITT, Michael. On evaluating public journalism. In: GLASSER, Theodore L. **The idea of Public Journalism**. New York: The Guilford Press, 1999. p. 175-196.

CHRISTOFOLETTI, Rogério (Org.). **Vitrine e Vidraça** - Crítica de mídia e qualidade no jornalismo. Covilhã: UBI, LabCom, 2010. Disponível em: <http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20101103-christofoletti_vitrine_2010.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2011.

COGO, Denise. Repensando a ciência participativa na pesquisa em comunicação. In: PAIVA, Raquel (org.). **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 149-166.

COLEMAN, Renita. Os antecedentes intelectuais do jornalismo público. In: TRAQUINA, Nelson e MESQUITA, Mário. **Jornalismo cívico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. p. 59-73.

CORREIA, João Carlos; MORAIS, Ricardo; SOUSA, João Carlos. **Agenda dos Cidadãos**: Práticas cívicas na Imprensa Regional Portuguesa. Estudos em Comunicação. Portugal, v. 9 p. 1-30, mai. 2011. Disponível em: <<http://www.ec.ubi.pt/ec/09/pdf/EC09-2011Mai-01.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2011.

CORREIA, João Carlos. (n.d.). **Jornalismo e Espaço Público**. Covilhã: UBI, LabCom 1998. Disponível em: < http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110826-correia_jornalismo_espacopublico.pdf>. Acesso em: 08 set. 2011.

COSTA FILHO, Paulo Celestino da. **Jornalismo público**: por uma nova relação com os públicos. ORGANICOM – Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas. São Paulo, v. 3, n. 4, p. 124-141, 2006. Disponível em: <<http://www.revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/viewFile/59/193>>. Acesso em: 26 dez. 2011.

CREMADES, Javier. **Micropoder**: a força do cidadão na era digital. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009

DEWEY, John. **The public and its problems**. USA: Swallow Press, 1991. 236p.

DORNELLES, Beatriz. **Jornalismo “comunitário” em cidades do interior** – uma radiografia das empresas jornalísticas: administração, comercialização, edição e opinião dos leitores. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2004. 167p.

DORNELLES, Beatriz. **Sobre o jornalismo no interior**. Entrevista concedida à Laís Cerutti Scortegagna, Porto Alegre, 4 out. 2013.

EKSTEROWICZ, Antony J.; ROBERTS, Robert e CLARK, Adrian. (1998) Jornalismo público e conhecimento público. In: TRAQUINA, Nelson e MESQUITA, Mário. **Jornalismo cívico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. p. 85-105.

EVELAND, W. P., & SCHEUFELE, D. A. **Connecting News Media Use with Gaps in Knowledge and Participation**. Political Communication, v.17 n.3 p. 215–237, 2000. Disponível em: < <http://www.mendeley.com/catalog/connecting-news-media-gaps-knowledge-participation/>>. Acesso em: 26 dez. 2011.

FERNANDES, Márcio. **Civic Journalism**: haverá um modelo brasileiro? Guarapuava: Unicentro, 2008a. 230p.

_____. Jornalismo cívico: um estudo comparado dos modelos americano e brasileiro. In: HOHLFELDT, Antônio e BARBOSA, Marialva (org.). **Jornalismo do século XXI**: a cidadania. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002. p. 95-108.

_____. **Civic journalism no Brasil**: a construção de um plano de referência para um jornalismo público. In: Comunicação e Cidadania – Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, 2007, Braga, Actas do 5º Congresso da SOPCOM, Braga, Portugal, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, 2008b, p. 626-640, set. 2007. Disponível em:

<<http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/5sopcom/article/view/58/59>>. Acesso em: 09 ago. 2012.

_____. **Civic Journalism**: notas históricas sobre os 20 anos de uma corrente de Imprensa engajada. Trabalho apresentado no 11º Encontro Nacional de Professores de Jornalismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, abr. 2008:c. Disponível em:

<<http://www.fnpj.org.br/soac/ocs/viewabstract.php?id=212&cf=12>> Acesso em: 08 set. 2012.

FERREIRA, Gil Baptista. **Jornalismo Público e Deliberação**: Funções e limites do jornalismo nas democracias contemporâneas. Estudos em Comunicação. Portugal, v. 9 p. 61-79, mai. 2011. Disponível em: <<http://www.ec.ubi.pt/ec/09/pdf/EC09-2011Mai-04.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2011.

FORD, Pat. Civic Design: Involving Readers at Every Turn. **Civic Catalyst Newsletter**, Washington, spring 2000. Disponível em:

<<http://www.pewcenter.org/doingcj/civccat/displayCivcat.php?id=232>>. Acesso em: 26 ago. 2013.

GLASSER, Theodore L. **The idea of Public Journalism**. New York: The Guilford Press, 1999. 229p.

_____. The idea of public journalism. In: GLASSER, Theodore L. **The idea of Public Journalism**. New York: The Guilford Press, 1999. p. 3-18.

GOMES, Itania Maria Mota. **Efeito e recepção**: a interpretação do processo receptivo em duas tradições de investigação sobre os media. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004. 258p.

GUARESCHI, Pedrinho A. e BIZ, Osvaldo. **Mídia, educação e cidadania**: tudo o que você precisa saber sobre mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. 213p.

GUTTMAN, Jeannine A. Civic Design: What is News? Broadening the Definition. **Civic Catalyst Newsletter**, Washington, fall 1997. Disponível em: <<http://www.pewcenter.org/doingcj/civccat/displayCivcat.php?id=95>>. Acesso em: 26 ago. 2013.

HAAS, Tanni. **The pursuit of public journalism**: theory, practice and criticism. New York: Routledge, ISBN 978-0-4159-7825-5., 2007. Kindle Version.

HOHLFELDT, Antônio e BARBOSA, Marialva (org.). **Jornalismo do século XXI**: a cidadania. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002. 317p.

KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**. São Paulo: Geração Editorial, 2004. 302p.

LAGE, Nilson. **Ideologia e Técnica da Notícia**. Florianópolis: Insular, Ed. Da UFSC, 2001. 158p.

LIMA, Marcus Antônio Assis. **Indícios para uma “análise cívica” do jornalismo**: a temática da responsabilidade social. Estudos em Comunicação. Portugal, v. 9 p.

377-389, mai. 2011. Disponível em: <www.ec.ubi.pt/ec/09/pdf/EC09-2011Mai-20.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2011.

LIMA, Venício A. de. **O velho (novo) paradigma faz 61 anos**. Observatório da Imprensa. 2008. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o-velho-novo-paradigma-faz-61-anos>>. Acesso em: 19 ago. 2013.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 350p.

LIPPMANN, Walter. **The Phantom Public**. New Jersey: Transaction, 1993. 195p.

MANUAL DE REDAÇÃO: FOLHA DE S. PAULO. São Paulo: Publifolha, 2006. 391p.

MATOS, Heloiza. **Capital social e comunicação: interfaces e articulações**. São Paulo: Summus, 2009. 277p.

MATTOS, Alexandre Pereira de. **As implicações do “localismo globalizado” sobre a concepção de “pessoa”**. Revista Comunicação & Informação. Goiânia, v. 13, n. 1: p. 25-34 - jan./jul. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/ci/article/view/19285/11261>>. Acesso em: 27 out. 2013.

MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 237p.

MCCOMBS, Maxwell et al. **The news and public opinion: media effects on civic life**. USA: Polity, 2011. 210p.

MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald L.; GREY, David. **Handbook of reporting methods**. USA: Houghton Mifflin, 1976. 340p.

MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald L.; WEAVER, David. **Communication and democracy: exploring the intellectual frontiers in agenda-setting theory**. United States of America: Lawrence Erlbaum Associates, 1997. p. 85-96.

MERRITT, Davis. **Public journalism and public life: why telling the news is not enough**. 2nd. ed. United States of America: Lawrence Erlbaum Associates, 1997. 151p.

MERRITT, Davis; MCCOMBS, Maxwell. **The two W's of journalism: the why and what of public affairs reporting**. New York: Taylor & Francis, ISBN 1-4106-0929-4., 2007. Kindle Edition.

MESQUITA, Mário. As tendências comunitaristas no jornalismo cívico. In: TRAQUINA, Nelson e MESQUITA, Mário. **Jornalismo cívico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. p. 19-27.

NIP, Joyce Y. M. **Exploring the second phase of public journalism**. Journalism Studies. Online, v. 7, n. 2, p. 212-236, 2006. Disponível em: <http://sydney.edu.au/arts/media_communications/downloads/documents/06_Exploring_second_phase_public%20_Journalism_JS.pdf>. Acesso em: 08 set. 2011.

O GLOBO. Memória O Globo. **Apresentação:** Apoio ao golpe de 64 foi um erro. Rio de Janeiro, [2013]. Disponível em: < <http://memoria.oglobo.globo.com/erros-e-acusacoes-falsas/apoio-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9328244> >. Acesso em: 02 set. 2013.

PAIVA, Raquel (org.). **O retorno da comunidade:** os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. 198p.

_____. **Espírito comum:** comunidade, mídia e globalismo. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. 175p.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo.** São Paulo: Contexto, 2005. 235p.

PERRY, David K. **The roots of civic journalism – Darwin, Dewey and Mead.** Lanham: University Press of America, 2003. 151p.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. **Comunicação comunitária e educação para a cidadania.** PCLA: Revista Pensamento Comunicacional Latino-Americano. São Bernardo do Campo, v. 4, n. 1, out./nov./dez. 2002. Disponível em: <<http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/artigos%2013-3.htm>>. Acesso em: 20 set. 2010.

PESSONI, Arquimedes. **Jornalismo público americano:** o leitor como cidadão. Revista IMES Comunicação. São Caetano do Sul, v. 5, n. 10, p. 58-68, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/613/456>. Acesso em: 20 set. 2010.

REMEZ, Michael. **How Community News is Faring.** The State of News Media 2012. Pew Research Center. Disponível em: <<http://stateofthemediamedia.org/2012/mobile-devices-and-news-consumption-some-good-signs-for-journalism/how-community-news-is-faring/>>. Acesso em: 30 ago. 2012.

ROBERTS, Marilyn. Political advertising's influence on news. In: MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald L.; WEAVER, David. **Communication and democracy:** exploring the intellectual frontiers in agenda-setting theory. United States of America: Lawrence Erlbaum Associates, 1997. p. 85-96.

ROSEN, Jay. The action of the idea. In: GLASSER, Theodore L. **The idea of Public Journalism.** New York: The Guilford Press, 1999. p. 21-48.

_____. (1994) Tornar a vida pública mais pública: sobre a responsabilidade política dos intelectuais dos media. In: TRAQUINA, Nelson e MESQUITA, Mário. **Jornalismo cívico.** Lisboa: Livros Horizonte, 2003. p. 31-58.

_____. (1993) Para além da objectividade. In: TRAQUINA, Nelson e MESQUITA, Mário. **Jornalismo cívico.** Lisboa: Livros Horizonte, 2003. p. 75-84.

SHAFFER, Jan. **Civic Mapping.** Pew Center. 2001. Disponível em: <http://www.pewcenter.org/doingcj/speeches/s_augustacivicmapping.html>. Acesso em: 27 ago. 2013.

SHUDSON, Michael. What public journalism knows about journalism but doesn't know about "public". In: GLASSER, Theodore L. **The idea of Public Journalism**. New York: The Guilford Press, 1999. p. 118-133.

SCHWANZ, Gilvano. **Respostas** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <lais.cs@gmail.com> 24 set. 2013.

SILVA, Luiz Martins da. **Jornalismo público: o social como valor-notícia**. In: COMPÓS GT de Políticas e Estratégias de Comunicação da Compós, 2002. Disponível em: <http://web.archive.org/web/20040822152024/http://www.ucb.br/comsocial/mba/Jornalismo_publico_o_social_como_valor-noticia.pdf>. Acesso em 02 out. 2013.

SILVA, Luiz Martins da. **Sociedade, esfera pública e agendamento**. In: BENETTI, Marcia; LAGO, Claudia (orgs.). Metodologia de pesquisa em jornalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 84-104.

SILVA, Luiz Martins da. **Civic journalism**: um gênero que no Brasil ainda não emplacou [s.d.]. Disponível em: <<http://www.unb.br/fac/sos/artigos/civic.htm>>. Acesso em 08 set. 2012.

TRAQUINA, Nelson e MESQUITA, Mário. **Jornalismo cívico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. 143p.

TRAQUINA, Nelson. Jornalismo Cívico: reforma ou revolução?. In: TRAQUINA, Nelson e MESQUITA, Mário. **Jornalismo cívico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. p. 9-17.

VIEIRA, Toni André Scharlau. Jornalismo no interior – potencialidades éticas e técnicas. In: HOHLFELDT, Antônio e BARBOSA, Marialva (org.). **Jornalismo do século XXI: a cidadania**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002. p. 121-133.

WOLF Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. 6. ed. São Paulo: WMF Martin Fontes, 2012. 295p.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2010. 96p.